



THAMARA FIGUEIREDO DE ALMEIDA

**MÉTODO, COGITO E EXISTÊNCIA DE DEUS
NAS MEDITAÇÕES METAFÍSICAS DE
DESCARTES**

Lavras - MG

2023

THAMARA FIGUEIREDO DE ALMEIDA

**O MÉTODO, O COGITO E AS PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS
NAS MEDITAÇÕES METAFÍSICAS DE DESCARTES**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Curso
de Graduação de Licenciatura e
Filosofia, para a obtenção do título
de licenciada.

Orientador

Prof. Dr. Emanuele Tredanaro

Lavras - MG

2023

THAMARA FIGUEIREDO DE ALMEIDA

**O MÉTODO, O COGITO E AS PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS
NAS MEDITAÇÕES METAFÍSICAS DE DESCARTES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao colegiado do curso de
licenciatura plena em filosofia da
Universidade Federal de Lavras, para a
obtenção do título de licenciada em
Filosofia.

Aprovado em ____ de _____ de _____.

Prof. _____

Prof. _____

Prof. Dr. Emanuele Tredanaro

Orientador

LAVRAS-MG

2023

“Não basta termos um bom espírito, o mais importante é aplicá-lo bem.”

René Descartes

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela minha vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do tempo. À Universidade Federal de Lavras por proporcionar uma ótima graduação enquanto aluna. Aos meus pais, em especial à minha avó (mãe) que me incentivou desde sempre a lutar pelo melhor: se, hoje, estou tendo a oportunidade de cursar uma faculdade é graças a cada palavra de força e estímulo que veio dela. Também agradeço à minha irmã, Thamires, que me ajudou e incentivou nos momentos difíceis e a nunca desistir, por mais cansativo que fosse.

Aos professores, por cada ensinamento, por todas as palavras de incentivo e força. De maneira especial, agradeço ao meu orientador e professor, Emanuele Tredanaro, que me auxiliou desde o começo, inclusive, mediante o grupo de estudo, que foi de extrema importância para o desenvolvimento do trabalho. Agradeço-lhe cada palavra de incentivo e por não deixar eu desistir: por mais complicado que fosse, você – como gosta de ser tratado – me mostrou que uma pesquisa exige calma, e que o que parecia difícil, aos poucos, começou a dar resultado. Agradeço ao professor Luiz Roberto Takayama pelos dezoito meses de PIBID, que foi de suma importância no início do curso, assim como o professor Renato Belo, pelo tempo trabalhado na Residência Pedagógica: meu muito obrigada pelos ensinamentos, pela paciência, pelos incentivos e pelas experiências.

Por fim, quero agradecer de modo especial a todos os meus amigos que foram de alguma forma importantes na minha formação: Felipe, Samantha e Raissa, obrigada pelo companheirismo e por cada momento que passamos juntos, momentos de muito estudo e também de zoeira. Com vocês meus dias ficaram mais leves, e mesmo na correria cotidiana sempre houve tempo para uma boa conversa. A Ferdinando, Sandra, Lucas, Rubia e João, agradeço por dedicarem o tempo de vocês para me ajudar, obrigada por me mostrar que sim é possível superar o medo e conseguir levar a cabo nossas empreitadas. Vocês foram humildes e grandiosos no modo de ensinar.

Muito obrigada a todos e a todas que fizeram isso possível!

RESUMO

René Descartes em suas *Meditações metafísicas* tem como objetivo testar nossa capacidade de conhecimento mediante a dúvida, para mostrar que o ser pensante e Deus existem. Deste modo, a pesquisa tem como ênfase, em um primeiro momento, apontar diretamente para a dúvida como método, percorrendo suas etapas. Daí, será mostrada a centralidade do *cogito*, enquanto primeira verdade encontrada pelo filósofo. Ao mesmo tempo, porém, veremos em que sentido essa verdade não é o suficiente. Sendo assim, Descartes parte em busca de uma verdade capaz de garantir a veracidade da realidade, ou seja, Deus. Mostraremos, então, as provas que Descartes teoriza para demonstrar a existência de Deus.

Palavras-chaves: Cogito; Descartes; Deus; dúvida.

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE - MONOGRAFIA

| | |
|---|----|
| Introdução | 8 |
| 1. Primeiro Capítulo: Dúvida e Método | 11 |
| 1.1 Algumas observações sobre o método cartesiano | 11 |
| 1.2 Dúvida metódica | 13 |
| 1.2.1 Primeiro argumento da dúvida: os sentidos | 15 |
| 1.2.2 segundo argumento da dúvida: os sonhos | 16 |
| 1.2.3 Terceiro argumento da dúvida: Deus enganador e gênio maligno | 17 |
| 1.3. O cogito e seu papel no método: O cogito como verdade indubitável | 20 |
| 1.3.1 Características do cogito | 21 |
| 2. Segundo Capítulo: Porque as meditações não terminam no cogito | 27 |
| 2.1 As provas da existência de Deus: A demonstração da existência de Deus a partir de sua ideia | 27 |
| 2.1.1 Uma “segunda reflexão” a partir da ideia de Deus | 31 |
| 2.2 O erro | 33 |
| 2.3 A prova ontológica da existência de Deus | 37 |
| Considerações Finais | 41 |
| Bibliografia | 44 |

SEGUNDA PARTE - PLANO DE CURSO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 46 |
| 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DO CURSO | 46 |
| 3. OBJETIVOS | 46 |
| 4. METODOLOGIA | 47 |
| 5. RECURSOS DIDÁTICOS | 47 |
| 6. PLANEJAMENTO DE AULAS | 47 |
| 7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 59 |

INTRODUÇÃO

René Descartes, em sua filosofia, tem como principal foco a busca pela verdade e de um conhecimento seguro. Desta forma, ele critica o modo antigo de filosofia e as crenças assim obtidas. Descartes parte em busca de alicerces seguros para um conhecimento que resista ao teste da dúvida, tendo como modelo uma filosofia que se baseie na ciência. Assim, Descartes passa a investigar com mais clareza a natureza humana, mas exatamente o modo de o ser humano conhecer.

Descartes, sugere que seja examinado tudo aquilo que já foi estabelecido como verdade absoluta, propondo um recomeço, pois, “uma vez na vida devemos demolir tudo completamente e começar de novo desde os alicerces” (AT V17II: CSM II 121, *apud* COTTINGHAM, 2009, p. 12). Nesse sentido, é preciso um novo olhar, amplo, que coloque em questão os fundamentos do conhecimento.

Por outro lado, a filosofia de Descartes não mostra nenhuma desavença com a fé cristã, à medida que separa a dimensão da fé e a do conhecimento segundo a razão. Esse viés racionalista permite que Descartes, seguindo nisso Galileu, apele a nenhuma outra fonte senão a capacidade racional humana, para “não buscar nenhum conhecimento que não fosse encontrado ou em mim mesmo ou no grande livro do mundo” (AT VI 9: CSM III 5, *apud* COTTINGHAM, 2009, p. 15). Nisso Descartes foi influenciado diretamente por seu amigo holandês, Isaac Beeckman, o qual se dedicou, ao longo de sua vida, ao estudo da matemática, tendo essa disciplina como modelo para alcançar um conhecimento indubitável.

Na regra XII das *Regras para orientação do espírito*, Descartes aponta para uma nova maneira de conhecer, isto é, basear o conhecimento em uma intuição auto evidente, uma “natureza simples” e, ao mesmo tempo, uma “natureza intelectual”. A partir disso, Descartes, rompe com a metafísica de Aristóteles, que o filósofo francês acredita não ser objetiva. Para Descartes o intelecto humano é o ponto de partida incontornável de todo conhecimento.

O filósofo argumenta que o conhecer não deve ser pelos sentidos ou

por crenças do passado, mas necessariamente pela própria mente humana. Nas palavras de Descartes:

Devo trazer a luz as verdadeiras riquezas de nossas almas, abrindo a cada um de nós os meios pelo quais podemos encontrar, no interior de nós mesmos, sem qualquer ajuda de outros, todo o conhecimento de que podemos necessitar para a conduta da vida e dos meios de usá-lo, a fim de adquirir os mais obscuros itens de conhecimento que a razão humana é capaz de possuir. (AT X 496. CSM II 400, *apud* Cottingham, 2009, p. 17)

Já em sua correspondência com Mersenne, Descartes deixa claro que, quando se tratar de fundamentar o conhecimento, “a discussão não é limitada a Deus e à alma, mas trata em geral de todas as primeiras coisas a serem pelo filosofar.” (carta a Mersenne, de 11 de novembro de 1640)

A partir disso, o sistema cartesiano passa a ser um sistema em que a dúvida desempenha uma função de primeira importância, pois tudo aquilo que é tido como opinião não será mais considerado como fonte confiável de conhecimento. Opinião, por sua vez, é tudo aquilo de que se pode duvidar. Nesse sentido, não apenas os sentidos são questionáveis quanto à sua veracidade, mas também verdades tidas como fundamentais, como, por exemplo, as ideias da matemática quando são assumidas sem que sejam testadas pela dúvida. Apenas uma verdade escapa à dúvida: o cogito, isto é, o fato de eu existir enquanto penso. Mas o cogito consegue ser reconhecido como verdade indubitável à medida que surge justamente a dúvida. Dúvida como método e verdade indubitável do cogito estão intimamente ligadas.

Contudo, o cogito permite que o sujeito cognoscente conheça a si mesmo de modo indubitável, mas não permite que o sujeito cognoscente conheça o mundo de modo igualmente indubitável. Esse é o limite do cogito, segundo Descartes. Ainda há como duvidar do mundo, de certa maneira. Por outro lado, tendo assegurado a certeza da existência do sujeito cognoscente como eu pensante, agora Descartes pode partir em busca de um conhecimento que seja constituído de “dentro para fora” e procurar por uma verdade que garanta o conhecimento indubitável do mundo. O cogito é necessário, mas não suficiente, para o conhecimento do mundo externo e alheio a ele. Essa verdade necessária será Deus. O Deus de Descartes não é o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó, ou o Deus das Escrituras. O Deus de Descartes é o Deus dos teólogos filósofos. Dito isso, o comentador Souza apresenta uma

explicação sobre o que Descartes em suas meditações entende sobre Deus. O filósofo mostra que o Deus cartesiano se baseia em buscar a verdade nas coisas materiais e na física. Cito: (Souza, 2012, p. 79)

O Deus de Descartes é o ser que garante que pensamentos gerais sobre a matéria são verdadeiros. É o Deus de um físico, ou, melhor, talvez, é o tipo de Deus requerido por uma filosofia anticética da física, que procura colocar fora da dúvida as leis gerais da física (Sorell, 2004, p. 79).

Assim, a pesquisa tem como ênfase, em primeiro momento apontar diretamente para dúvida como método, percorrendo suas etapas. Mostraremos então, as provas que Descartes teoriza para demonstrar a existência de Deus. Assim, este trabalho de monografia que afinal visa reconstruir as provas da existência de Deus conforme apresentada por Descartes nas meditações metafísicas, não pode deixar de abordar a dúvida como método, e nem o cogito como primeira verdade.

Portanto, o primeiro capítulo mostra, antes de tudo, a relação entre dúvida e método, já que para Descartes o método e a dúvida como parte do método moldam a busca pela verdade. Ao longo do primeiro capítulo veremos que o ato de duvidar é fundamental, a dúvida está contida no próprio ser humano e através dela temos o ato de questionar e nos interrogar sobre as coisas. Desta maneira, foram abordados os três argumentos da dúvida, sendo eles: o argumento dos sentidos, o argumento do sonho e o argumento do gênio maligno. Uma vez confirmado que os argumentos apresentados não passam de uma mera ilusão, e nem são fins a si mesmos, ou seja, uma vez confirmado que esses argumentos são propostos de forma metódica, o filósofo chega à verdade indubitável do cogito como desfecho da própria dúvida. Então, ainda o primeiro capítulo mostra como, entretanto, é importante entender por que as meditações não terminam no cogito, rumo a uma verdade mais ampla que garanta a indubitabilidade da verdade do mundo.

A partir disso, o segundo capítulo foca nas provas da existência de Deus. Em primeiro lugar, é frisada a função que a ideia de Deus desempenha no interior da filosofia de Descartes. Nesse sentido, aponta-se para o caráter inato da ideia de Deus, que se distingue, portanto, das ideias adventícias e das ideias fictícias. Também se mostra como a ideia de Deus não pode ser vista como fonte do erro no conhecimento, mesmo que evidentemente sempre

continue existindo a possibilidade de errarmos. Quanto a isso, será recuperado o argumento cartesiano que identifica na vontade a origem do erro, vontade esta que o homem utiliza a partir de sua liberdade. Na parte final do segundo capítulo, são apresentadas as três provas da existência de Deus, no intuito de alcançar uma verdade que garanta indubitabilidade ao conhecimento do mundo.

1. PRIMEIRO CAPÍTULO: DÚVIDA E MÉTODO

1.1 Algumas observações sobre o método cartesiano

Descartes apresenta a dúvida como um caminho de conhecimento ligado à razão, cujo objetivo é ter um conhecimento totalmente fundamentado na verdade. Por outro lado, tal tipo de conhecimento só é possível mediante o método, conforme exposto em *O discurso do método* e nas *Regras para orientação do espírito*. Descartes defende que os seres humanos possuem a capacidade de julgar e discriminar o verdadeiro e falso, graças ao senso comum, mas ao mesmo tempo é importante ver que ter um senso comum é agir bem de maneira eficaz e significativa. O método serve justamente para o uso correto do senso comum. Segundo Descartes, o método é constituído por quatro etapas, sendo elas: 1) evidência, 2) análise, 3) síntese, 4) enumeração. A primeira etapa consiste em duvidar de tudo aquilo que não conheço de modo evidente, ou seja, tudo o que é passível de questionamento deve ser investigado. Na segunda etapa, é preciso examinar, dividir o objeto de conhecimento em partes menores, de modo a ter uma melhor compreensão do que a coisa é, a partir de suas verdades mais simples. A terceira etapa visa recompor as verdades mais simples em outras mais complexas. A quarta etapa consiste em revisar todo o procedimento e conteúdo anterior, para não correr o risco de que algo fique omitido. A partir disso, Descartes começa uma investigação para encontrar conhecimentos que sejam claros e distintos e, com isso, evidentes.

Segundo o filósofo, essas quatro etapas são importantes para possibilitar um conhecimento seguro. Na ausência de uma verdade assim estabelecida, é válida apenas uma verdade que seja razoável, a qual, se por um lado auxilia a capacidade de julgar, por outro lado ainda não consiste em uma verdade definitiva. Descartes acredita que o método é a melhor

forma de chegar ao conhecimento verdadeiro, sendo que, como visto, o início do método é a própria dúvida.

Para Descartes o ser humano possui em sua natureza conhecimentos inatos, isto porque já nasceu com eles, mas, ao mesmo tempo, não sabe e tende a acreditar em conhecimentos adquiridos a partir de antigas crenças sem que seja averiguada sua verdade. Na regra IV das *Regras para a orientação do espírito*, o filósofo ressalta que o espírito humano não é contra duvidar, pois a dúvida é um processo da própria natureza humana permitindo que nos lancemos rumo a novos conhecimentos. Na busca pelo conhecimento, primeiro, é preciso ir atrás dos objetos mais simples para um melhor entendimento, e só depois pode-se compreender os objetos complexos. Ou seja, não se pode conhecer os objetos mais complexos sem que os objetos simples estejam evidentes.

O método todo, segundo Descartes, foca na ordem e na organização com que os objetos são conhecidos, visando descobrir a verdade.

Nós lhe ficaremos ciosamente fiéis, se reduzirmos gradualmente as proposições complicadas e obscuras a proposições mais simples, e, em seguida se, partindo da intuição daquelas que são as mais simples de todas, procuramos elevar-nos pelas mesmas etapas ao conhecimento de todas as outras. (Descartes, 2007, p. 29).

Assim, Descartes distingue entre os objetos simples e os complexos, mediante a distinção entre coisas absolutas e coisas relativas. As coisas absolutas são as que contêm em si uma natureza pura e simples, isto é, tudo aquilo que se olha como independente sem precisar de ulterior confirmação: um triângulo de três lados necessariamente não precisa de confirmação para ser um triângulo. Dito de outro modo, as coisas absolutas são intuídas. Já as coisas relativas se reportam às coisas absolutas e delas são deduzidas, ou seja, precisam das coisas absolutas para existirem. Lemos:

Essas coisas relativas se afastam tanto mais das coisas absolutas quanto mais relações deste tipo, subordinadas umas às outras, elas contêm. Nossa regra nos adverte de que se deve distinguir todas essas relações e tomar com sua conexão mútua e com sua ordem natural, de maneira que, partindo da última, possamos chegar ao que há de mais absoluto por intermédio de todas as outras

(Descartes, 2007, p. 32-33).

Em outras palavras, segundo Descartes, o método impõe que o conhecimento siga a ordem e organização das verdades, conforme elas forem deduzidas a partir da intuição das coisas absolutas e mais simples, rumo às coisas relativas e complexas.

1.2 A dúvida metódica

De certa maneira, o ato de duvidar sobre as coisas não é propriamente uma novidade na história da filosofia. Descartes é consciente disso e também do risco que se corre, caso a investigação resulte em uma resposta inteiramente negativa, impedindo assim a construção de uma ciência. Contudo, diferentemente dos céticos, Descartes usa a dúvida não como fim em si mesmo, mas como meio para procurar e encontrar uma certeza primeira. Nesse sentido, o desafio diz respeito ao sucesso em se conseguir vencer a desconfiança cética.

Em primeiro lugar, Descartes se vale do ceticismo como meio para alcançar a certeza, pois, ele duvida de tudo que pode ser duvidado, questionando a validade de seus sentidos e até mesmo a existência do mundo material. Embora o percurso das *Meditações* dê a impressão de que a verdade pode não ser alcançada, vale lembrar que, no caso da dúvida cartesiana, trata-se de um meio expositivo, pois o filósofo já sabe que algo como a verdade é possível, distanciando-se, também por essa via, da maneira cética de pensar. O critério da indubitabilidade nos assegura os limites do procedimento cartesiano de dúvida. Ela não é mera dúvida psicológica. Ela está em vigor mesmo quando não conseguimos nos convencer da fragilidade de um determinado enunciado, já que sobre ele recai a possibilidade de dúvida razoável, mesmo que antinatural.

Por outro lado, esse critério é bastante rigoroso e nos fornece o limite para a atividade dubitativa: quando o duvidar já não for razoável (de fato ou de direito), não faz mais sentido continuar duvidando, isto é, a dúvida não se exerce pelo mero exercício caprichoso de duvidar. A dúvida pensada por Descartes tem algumas características que valem a pena serem sublinhadas.

Em primeiro lugar, trata-se de uma dúvida voluntária. Trata-se de uma decisão de duvidar frente não apenas àquilo que se apresenta como manifestamente falso, mas também em relação às coisas que nosso espírito estaria disposto a assentir, baseado em probabilidade e semelhança. Trata-se também de uma dúvida hiperbólica. Algo não precisa sempre me enganar para ser abordado pela dúvida. Basta que algo me engane apenas uma vez para que o seu conhecimento esteja comprometido.

Sobretudo, a dúvida cartesiana é metódica. O espírito que dúvida deve ser capaz de formular hipóteses de dúvida sistematicamente e seguindo uma determinada sequência de etapas, isto é, conforme vimos, seguindo um método. Apenas o exercício metódico da dúvida pode garantir que aquilo que a ela for resistente é também verdadeiro. Nesse sentido, trata-se também de uma dúvida radical, pois não se ocupa em contestar os conhecimentos um a um, mas submete ao seu exame os fundamentos do conhecimento. Ela se dirige aos elementos de onde derivam os conhecimentos da tradição e impõe a eles o critério da indubitabilidade. O provável não é mais aceito na ciência e a menor sombra de dúvida acarreta um juízo de falsidade. Doravante o meramente duvidoso deve ser tomado como falso. A dúvida cartesiana possui uma dupla face. Ela é natural quando se dirige aos conhecimentos advindos dos sentidos. Ela é metafísica quando ataca também aqueles conhecimentos que prescindem dos sentidos e em relação aos quais não haveria motivos naturais para duvidar, como o conhecimento matemático. O que equivale a dizer que ela é também generalizada.

Diante disso, podemos dizer que a dúvida tem uma participação em relação ao método, por outro lado é preciso seguir as regras do método. Todavia é importante ressaltar o que é o método e quais são suas regras. O método é constituído a partir da dúvida, ou seja, para ter uma boa razão é preciso questionar o conhecimento de todas as coisas, principalmente o que já se considera verdade absoluta. Em *O discurso do método*, Descartes compreende que o método possui grandes vantagens e não possui defeitos, então propõe quatro regras, regras essas que devem ser observadas quando se pretende alcançar conhecimentos verdadeiros. Citando:

O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como

verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida. O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las. O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros. E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tinha a certeza de nada omitir. (Descartes, 2001, p.23)

Já os argumentos que Descartes apresenta quanto à dúvida metódica podem ser assim esquematizados:

Argumento das ilusões dos sentidos. ‘Os sentidos enganam-nos algumas vezes. Logo, os sentidos não são fiáveis.’ Argumento dos sonhos. ‘Não é possível distinguir com clareza o sono da vigília. Logo, os sentidos e a experiência não podem ser a fonte de verdades indubitáveis.’ Argumentos do Deus enganador. ‘Podemos ter sido criado por um Deus enganador de modo a acreditar convictamente que aquilo que é falso é verdade. Logo, temos razões para duvidar da existência da realidade física e das verdades da matemática. Argumento do Gênio maligno. Se um gênio do mal o engana, ele próprio deve existir para ser enganado. (Nunes, 2018, p. 10)

1.2.1 Primeiro argumento da dúvida: os sentidos

Conforme a primeira regra do método, a primeira etapa da dúvida deve questionar os objetos dos sentidos, ou seja, aqueles objetos que o senso comum tende a nos apresentar como inquestionavelmente verdadeiros. O senso comum se pauta em duas teses fundamentais: a) a realidade existe de forma contínua e independentemente de nós; b) conhecemos a realidade tal como ela é diretamente pelos sentidos. O realismo dá ênfase ao objeto do conhecimento, entendendo que o mundo externo existe independente do sujeito que conhece o mundo externo, ou seja, o que conheço é real, e, portanto, verdadeiro. Daí Descartes inicia sua investigação sistemática das nossas crenças que têm origem nos sentidos.

Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro aprendi-o dos sentidos ou pelos

sentidos: ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez (Descartes, 1973, p. 93-94).

O argumento acima tem por objetivo duvidar do processo de produção de crenças, sendo que, como mostra o filósofo, os sentidos são enganosos, por, às vezes, não serem confiáveis.

Numa segunda etapa, a dúvida precisa questionar os sentidos quanto à própria realidade da percepção sensível. Nesta etapa a dúvida consolida o movimento de internalização iniciada na etapa anterior, de uma posição realista para uma posição idealista. Desta forma, todo conhecimento sensível torna-se duvidoso, objeto de questionamento necessário. Por outro lado, frisa Descartes, que nos restam apenas as nossas ideias, que, enquanto fato de consciência, são inquestionáveis.

Na terceira etapa, seguindo um movimento de análise que lembra a segunda regra do método e que já introduz ao segundo argumento da dúvida, Descartes direciona a dúvida também contra as ideias, para torná-la universal. Por um lado, Descartes divide as ideias referentes às coisas, em parcelas tão simples até chegar às ideias matemáticas, conforme sugere a segunda regra do método. Por outro lado, Descartes assume uma posição realista, conforme a qual chegará a mostrar, no terceiro argumento da dúvida, que todo nosso conhecimento é dubitável – inclusive, o conhecimento mais simples, o conhecimento matemático – e, assim, perde seu valor, se não houver garantia de que as ideias correspondem às coisas do mundo.

1.2.2. Segundo argumento da dúvida: Os sonhos

O argumento das ilusões dos sentidos nos permite duvidar da verdade das nossas percepções. Contudo, podemos projetar as informações que os sentidos nos fornecem. Posso duvidar de que estou agora no meu escritório, sentado à secretária, a escrever no computador? É nítido que posso duvidar das sensações que me mostram os livros do meu escritório como pequenos, pois, tenho outras percepções deles pelas quais, por exemplo, eles são percebidos como grandes. Ou seja, tenho muitas percepções sensíveis contrastantes entre elas que me oferecem bons motivos para duvidar da veracidade delas. Mas isso não acontece, nem parece acontecer, com relação

ao fato de eu “saber” e “ter certeza de” que realmente agora estou em meu escritório.

Todavia, devo considerar que sou homem e, por conseguinte, que tenho o costume de dormir e de representar, em meus sonhos, as mesmas coisas, ou algumas vezes menos verossímeis, que esses insensatos em vigília. Quanta vez ocorreu me sonhar, durante a noite, que estava neste lugar, que estava vestido, que estava junto ao fogo, embora estivesse inteiramente nu dentro de meu leito? Parece-me agora que não é com os olhos adormecidos que contemplo este papel; que esta cabeça que eu mexo não está dormente; que é com desígnio e propósito deliberado que estendo esta mão e que a sinto: o que ocorre no sonho não parece ser tão claro nem tão distinto quanto tudo isto. Mas, pensando cuidadosamente nisso, lembro-me de ter sido muitas vezes enganado, quando dormia, por semelhantes ilusões. E detendo-me neste pensamento, vejo tão manifestamente que não há quaisquer indícios concludentes, nem marcas assaz certas por onde se possa distinguir nitidamente a vigília do sono, que me sinto inteiramente pasmado: e meu pasmo é tal que é quase capaz de me persuadir de que estou dormindo. (Descartes, 1973, p. 94).

Nós todos já sonhamos com coisas mais simples, para depois descobrirmos que se tratava apenas de um sonho. Certamente as imagens que obtemos em certos sonhos são tão parecidas aos objetos reais que nos fazem duvidar se estamos no sono ou em vigília. Deste modo, só é possível descobrir que é um sonho quando despertos. Descartes acredita que esta semelhança entre sonhos e vigília mostra que, nem com base nos sentidos, é possível distinguir de forma segura o sono da vigília e, assim, estarmos certos de que estas percepções representam uma realidade.

Conforme nos parece, Descartes dá continuidade à análise e decomposição iniciada no primeiro argumento da dúvida. O filósofo pretende mostrar que, mesmo se fundamentado nos conhecimentos mais simples possíveis e nossos pensamentos em alguns sonhos são iguais aos p quando estamos acordados, e ao compararmos esses pensamentos uns com os outros, não podemos distinguir se os sonhos são reais ou mera ilusões. Portanto, não podemos dizer que sabemos ou conhecemos algo apenas pela coerência e não contradição entre as ideias, pois, como é visto, para Descartes, o conhecimento verdadeiro precisa demonstrar como indubitável a correspondência entre as ideias e os objetos do mundo, fora de nosso pensamento.

1.2.3 Terceiro argumento da dúvida: Deus enganador e gênio maligno

O filósofo aproveita do argumento do sonho para poder introduzir os últimos argumentos da dúvida, a hipótese do Deus enganador e, seguidamente, a do Gênio maligno. A argumentação cartesiana, até o argumento do sonho, deixa intactas as certezas matemáticas. Seja acordado seja sonhando, a operação “ $2 + 3$ ” sempre resultará em “5”. É justamente por se salvar a validade das ideias matemáticas, que se dá a impossibilidade de discernir entre sonho e vigília. Isso quer dizer que as certezas simples das matemáticas permanecem imunes aos dois primeiros argumentos. Sendo assim, Descartes trabalhará num terceiro argumento, fictício e hipotético, assim como hiperbólico e radical, capaz de pôr à prova também as ideias matemáticas.

O conceito de um Deus enganador é uma criação cartesiana que visa atacar todo conhecimento, um ser que pode distorcer suas percepções e manipular nossas crenças, tornando incertas até mesmo as verdades aparentemente mais evidente. Desta forma, Descartes usa da ficção como arte de buscar de modo mais completo a garantia de que a dúvida pode permear tudo. A figura de um Deus enganador é criada para se poder pensar um ser todo poderoso capaz de nos enganar irresistivelmente, caso assim ele queira.

É justamente por não poder assegurar que Deus pode querer nos enganar, que Descartes reformula o último argumento da dúvida, substituindo a figura de um Deus enganador pela figura do gênio maligno. O conceito de gênio maligno apresenta não só um ser todo poderoso capaz de nos enganar irresistivelmente (do mesmo modo como o Deus enganador), mas também um ser todo poderoso que quer de fato sempre nos enganar irresistivelmente (diferentemente do Deus enganador). O gênio maligno serve para pôr em dúvida até mesmo os conhecimentos que se julgavam como evidentes e seguros, como as ideias matemáticas, ao ponto até mesmo de submetê-los a uma prova de fogo, a saber, testá-los perante os caprichos de um ser todo poderoso que, por definição, é maligno, e, portanto, insiste em nos enganar sistematicamente.

O gênio maligno é extremamente importante para o desenvolvimento da dúvida e essa figura tornou-se importante até para o surgimento de debates. Esse gênio maligno associado à dúvida é apenas um meio para se chegar à

verdade concreta e absoluta. Sendo a dúvida provisória (já dissemos que Descartes não assume uma postura como um fim em si mesmo), ou seja, sendo que o objetivo é fundamentar um conhecimento certo e indubitável, o gênio maligno é um expediente teórico que visa reforçar a busca pela verdade mediante a dúvida metódica, conforme estabelecido anteriormente.

O argumento do gênio maligno chega como algo inovador que investe todo conhecimento e o conhecimento como um todo. Tudo o que se acreditava conhecer, ou que se achava possível conhecer se torna agora questionável, não sendo possível subtrair nada à dúvida, já que o poder do gênio maligno ultrapassa então as razões e capacidades do ser humano. A dúvida assim gerada, por sua vez, gera uma suspensão total do juízo. Ao mesmo tempo, esse tipo de suspensão torna-se essencial para a busca da verdade, à medida que representa o grau mais profundo da dúvida, além do qual não se pode mais duvidar. Só após alcançar a raiz da dúvida, é possível averiguar se há algo sobrando e, caso haja, iniciar a ordenar e organizar esse resto.

Pensando que é desprovido de mãos, olhos, carne etc., tendo como falsa a opinião que possui, e se firmando nisso, se não puder conhecer nada, ao menos o ser humano poderá negar os erros. “Eis por que me guardarei cuidadosamente de receber em minha crença qualquer falsidade, e prepararei tão bem meu espírito para todas as astúcias desse grande enganador que, por mais poderoso e astuto que seja, jamais poderá impor-me nada” (DESCARTES, 2011, p. 38). O gênio maligno serve como uma espécie de treino do espírito, para prepará-lo, de maneira metódica, à busca pela verdade. De maneira que na segunda meditação Descartes retorna à tentativa de estabelecer algo verdadeiro, certo e indubitável, agora a partir do ganho que a perspectiva da dúvida radical lhe oferece: a de não ter – e nem poder ter – certeza de nenhum conhecimento.

É nesse sentido que, o argumento do gênio maligno é essencialmente um argumento metodológico, já que permite alcançar um ponto certo na busca pela verdade, a saber, que tudo é passível de dúvida e nada está certo e por isso, deve existir. Enquanto existirem dúvidas, não será possível alcançar o conhecimento verdadeiro; através da dúvida hiperbólica e radical, Descartes apresenta o único cenário possível que permite perguntar: algo consegue sobreviver aos ardilosos enganos do gênio maligno? O pressuposto dessa pergunta somente pode ser um grau da dúvida que envolve a falta absoluta de

certeza do conhecimento sensível e racional. Em outras palavras, o argumento do gênio maligno é o momento derradeiro de um procedimento análogo ao prescrito pela segunda etapa do método: analisar as coisas, esmiuçando-as rumo à máxima simplicidade. É por esse viés de decomposição analítica que Descartes pode alcançar um conhecimento tão simples que se impõe por si só como absoluto: o cogito.

1.3. O cogito e seu papel no método: O cogito como verdade indubitável

No início da segunda meditação, Descartes diz que não há nada no mundo que seja certo. Com esse argumento, o filósofo busca estabelecer algo que seja absolutamente certo e indubitável, em dois sentidos: um, negativo, referente ao método, ao procedimento investigativo (ao “como”); outro, positivo, referente ao conhecimento, ao objeto conhecido (ao “que”), que tal método eventualmente permite alcançar. No primeiro sentido, trata-se de se chegar ao limite da própria dúvida metódica, limite, este, além do qual é certo e indubitável que não podemos mais duvidar. Temos assim um resultado negativo quanto à certeza e indubitabilidade, pois temos a certeza indubitável de que podemos duvidar de tudo, aos termos a certeza e indubitabilidade de *como* proceder na busca pelo conhecimento. No segundo sentido, trata-se de se chegar ao objeto de conhecimento que o grau radical da dúvida eventualmente permite descobrir. Essa eventualidade se realiza com certeza indubitável, à medida que Descartes, desde o início, assume que a dúvida, enquanto é metódica, não é fim em si mesma, mas justamente visa fundamentar um conhecimento certo e indubitável. Então, temos um resultado positivo quanto à certeza e indubitabilidade, se conseguirmos mostrar o *que* com certeza indubitável resta após a dúvida se exaurir.

Assim, o cogito é levantado por Descartes como saída do impasse – aparente – a que leva o argumento do gênio maligno. Como visto, se a existência do gênio maligno coloca tudo em dúvida, mas com isso garante a certeza de que não se pode ter certeza de nada, então o que resta é precisamente a dúvida como ato de duvidar. A dúvida é uma forma de pensamento, ou seja, duvidar é pensar. Com isso, o filósofo pode mostrar como se chega ao conhecimento primeiro do cogito, que é a única certeza indubitável que resiste ao gênio maligno: a existência do pensamento não

pode ser colocada em dúvida, já que é necessária a existência do pensamento para poder pensar a própria dúvida, ou seja, para poder duvidar. Sem o pensamento a dúvida não pode existir, ou, em outras palavras, a dúvida depende e deriva de uma coisa mais simples e absoluta que é o pensamento. Mas, se há o pensamento, há um ser que pensa, e já que a dúvida se dá na primeira pessoa, eu duvido, logo, eu penso, logo, eu existo como ser pensante: “eu penso, eu existo”. A existência do ser pensante é assim para Descartes, a primeira certeza indubitável, uma evidência que resiste a qualquer dúvida cética, até a mais radical.

Então se eu penso eu existo, mas por quanto tempo? Descartes responde que eu existo durante todo tempo em que eu penso: se eu deixasse de pensar, deixaria ao mesmo tempo de existir. Mas aí surge uma outra pergunta: será que é possível deixar de pensar, por exemplo, quando dormimos? É preciso compreender o que Descartes entende por pensamento.

1.3.1. Características do cogito

O cogito, como visto, é a primeira certeza que Descartes encontra após passar pelos argumentos da dúvida: sei que existo realmente à medida que sei que sou uma substância pensante, e, ao mesmo tempo, deve ser uma substância que realmente existe para poder pensar. Para Descartes, esse conhecimento de nosso pensamento como existência é dado por intuição. Desta forma, a existência do ser pensante está ligada ao pensamento ao ponto de ela ser auto evidente. Ou seja, o pensamento é reconhecido como uma substância capaz de conhecer a si mesma intuitivamente como existente. Sobre a intuição, Descartes diz:

Por “intuição” entendo não o testemunho instável dos sentidos ou o juízo enganador de uma imaginação com más composições, mas o conceito formado por uma mente clara e atenta, que é tão fácil e distinto que não deixa nenhum espaço para a dúvida sobre aquilo que compreendemos. Ou, então, o que é a mesma coisa, a intuição é o conceito indubitável formado por uma mente clara e atenta, o qual procede unicamente da luz da razão. (AT X 368: CSM I 14, *apud* Cottingham, 2009, p. 176)

Conforme o argumento, Descartes mostra que a intuição é uma forma de apreensão do conhecimento imediata, clara e certa. Segundo Scribano, a verdade “eu penso, eu existo” é totalmente focada na dúvida,

pois, a minha existência é de fato a conclusão do processo da dúvida metódica. Nesse sentido, a verdade “eu penso, eu existo”, ao mesmo tempo, não pode ser abalada por nenhum motivo de dúvida. Ou seja, a dúvida é de certo modo o ponto de partida para demonstrar a minha existência como pensamento, mas, ao mesmo tempo, produz algo totalmente oposto, a saber, a verdade eminentemente indubitável do cogito. O cogito é propriamente verdadeiro e continuará sendo até o momento em que eu pensar, sendo que, para o filósofo, o pensamento é a única maneira de provar a existência do eu. Portanto, “o conteúdo dos pensamentos (ou melhor, como veremos, dos juízos) pode ser inteiramente falso, mas a certeza do fato de que eu penso não pode ser falsa” (SCRIBANO, 2007, p. 48).

Por isso, o cogito, pode ser considerado como um dos principais dispositivos necessários para atender as necessidades filosóficas, já que ele sana a agonia da dúvida, visando superar a precariedade do saber, além de reconquistar o significado e a atribuição de valores, no sentido positivo da afirmação da existência humana enquanto substância pensante, que está acima de qualquer dúvida.

Quando Descartes afirmar “eu sou”, ele não tem como objetivo passar um sentimento pessoal, ou ligar a palavra eu à uma conotação particular. O cogito em si, é uma demonstração de um instante de consciência e de lucidez em que o ser humano, sem que seja preciso sair de si, intui a necessidade de que é (SPINELLI, 2009, p. 43). O cogito procura realizar a recuperação da necessidade do ser humano se comunicar consigo mesmo, ou de ele se referir a si mesmo como a um objeto de investigação, se observando, se questionando, a fim de ser capaz de considerar a si mesmo como sempre também sujeito do conhecimento.

Ainda conforme nota Spinelli, em *La Description du corps humain*, Descartes escreve:

quando nos dispomos a conhecer a nossa natureza, podemos ver que a nossa alma, [...] nos é conhecida unicamente pelo fato de que pensa, quer dizer, de que entende, de que imagina, de que se recorda e de que sente, visto que todas essas funções são espécies de pensamento (AT 1964-1974, p.224).

Por isso, não devemos considerar o cogito como uma ideia ou

abstração, nem como um conceito formal do discurso lógico, mas, sim, como o resultado de uma experiência que o próprio espírito vivência consigo mesmo, no ato de se conhecer a si próprio (SPINELLI, 2009, p. 44).

Na terceira meditação, Descartes ainda afirma que dizer que eu penso equivale a dizer que sou um ser “que pensa, ou seja, que duvida, que afirma, que nega, que conhece algumas coisas e que ignora muitas, que ama, que odeia, que quer, que não quer, que imagina também e que sente”. E ainda acrescenta: “pois, como antes adverti, embora aquilo que sinto e imagino fora de mim provavelmente ali nada seja, no entanto, os modos de pensar que chamo de sensações e imaginações, na medida em que são modos de pensar, estou certo que estão em mim” (ADAM e TANNERY, 1964-1974, p.224)

Isso permite compreender o ser pensante – ou *res cogitans* – como sendo “completo, real, verdadeiro”, isto é, como substância, como “uma coisa que, por si só, é apta para existir” (SPINELLI, 2009, p. 49). Contudo, diferentemente de todas outras substâncias, o ser pensante, como dito, é sempre sujeito de conhecimento, não apenas objeto de conhecimento. Isso transparece de maneira significativa na relação que Descartes instaura entre pensamento como dúvida e consciência de si: ao duvidar, o ser pensante necessariamente se reconhecer a si mesmo como existente à medida que, ao mesmo tempo, imediatamente, se reconhece como sujeito que cumpre o ato de duvidar (e não apenas como objeto submetido à dúvida). É nessa auto referencialidade entre cognoscente e conhecido que o *cogito* mostra sua evidência intuitiva, logo, sua certeza e indubitabilidade. Assim sendo, o cogito se constitui também como paradigma para o conhecimento em geral, isto é, indica *como* deve ser todo conhecimento verdadeiro: certo e indubitável. Nesse sentido, o cogito se torna uma ferramenta de conhecimento.

Por outro lado, todavia, é essa mesma autorreferencialidade que mostra o limite do cogito, à medida que ele não certifica outra verdade que não seja o próprio pensar e a existência de um ser que pensa. Como dito, não pode ser falso o fato de eu existir por pensar, mas pode ser falso o *que* estou pensando, quando o conteúdo de meu pensamento se referir a quaisquer outras coisas que não sejam o meu próprio pensamento.

2. SEGUNDO CAPÍTULO: PORQUE AS MEDITAÇÕES NÃO TERMINAM NO COGITO

Quando Descartes, refere à verdade do conhecimento das coisas alheias ao eu, nós estamos compreendendo a verdade sob a perspectiva clássica de *adequatio rei et intellectus*, ao passo que, quando nos referimos à verdade a existência do eu, estamos compreendendo a verdade, por assim dizer, sob a perspectiva de *adequatio intellectus et intellectus*.

Nesse sentido, nas *Meditações* há um movimento duplo. Por um lado, o cogito se constitui como o *primeiro princípio do conhecimento*, uma verdade que não depende de outra verdade, ou seja, uma verdade que não é deduzida de verdades anteriores, mas, sim, é intuída. Por tal característica, o cogito se torna modelo para todas as outras verdades mostrando em que consiste a própria verdade. Nesse sentido, o cogito possibilita a descoberta de novas verdades. Por outro lado, o cogito não consegue demonstrar a existência real dessas outras verdades, ou seja, não é suficiente, sozinho, para demonstrar que as outras verdades não passam de meras fantasias criadas pelo sujeito pensante apesar do que realmente existe fora dele. Portanto, será necessário um *princípio primeiro* que, sob outra luz, garanta que o que o sujeito pensa se adequa ao que realmente existe. Trata-se do *princípio primeiro da existência*, que como anunciado desde o subtítulo das *Meditações*, Descartes encontra em Deus. A própria autenticidade do *cogito* somente poderá ser mantida se, ao mesmo tempo, a partir de outra perspectiva, será confirmada a existência de Deus como ser veraz.

A questão que segue parece ser circular: o cogito que é princípio primeiro do conhecimento somente é verdadeiro pelo princípio da existência da veracidade divina, que, por sua vez, somente pode ser compreendida como verdade a partir do cogito. Essa circularidade representa um risco, pois, “se [o cogito] é verdadeiro independentemente da Veracidade Divina, não é correta a afirmação categórica de Descartes de que tudo quanto em nós é verdadeiro só é verdadeiro por depender de

Deus” (FILHO,1994, p. 11). Por fundamento, o cogito enquanto primeiro princípio do conhecimento não deve necessitar de uma verdade anterior a ele ou de um ser infinito e perfeito, porém, considerando que tudo o que é verdadeiro advém de Deus, somente a existência de Deus como ser veraz garante a verdade do primeiro princípio do conhecimento.

Ainda segundo Landim, a verdade do cogito sendo demonstrada antes da descoberta da regra geral de verdade (Deus), subentende que o primeiro princípio do conhecimento não carece da prova de validade da regra geral de verdade (Deus). Por outro lado, a regra geral de verdade (Deus), age como condição necessária da certeza do cogito, embora não como elemento da prova da verdade do cogito.

Se é o cogito que permite a (re)descoberta da Regra, é a própria Regra que garante e assegura a verdade do cogito, pois é a clareza (e a distinção) da conexão necessária entre pensar e existir, percebida na efetivação do próprio ato de pensar, que possibilita a inferência imediata (expressa pelo conectivo logo) do enunciado “Eu sou” a partir do enunciado “Eu posso” (Filho, 1994, p. 12).

Segundo Landim, é preciso distinguir entre verdade e certeza, para compreender que a circularidade entre cogito e existência de Deus como ser veraz não compromete a coesão teórica das *Meditações*.

A verdade é uma propriedade da ideia, e a certeza é um estado do sujeito; segue-se daí que as noções de “verdade” e “certeza” devem ser distinguidas, pois podem existir enunciados verdadeiros incompreensíveis para o saber humano; mas não pode existir um saber humano que não seja verdadeiro e certo. [...] O predicado “verdade” classifica a ideia, a certeza classifica o estado subjetivo do sujeito e é na complementaridade destes dois aspectos que emerge a noção cartesiana de saber (Filho, 1994, p. 14).

A regra geral de verdade (Deus) justifica a verdade de uma ideia e, por outro lado, justifica a certeza do sujeito. Nesse sentido, há dois elementos do saber que diferenciam a prova do enunciado validado pela regra geral de verdade (Deus): a etapa que comprova a veracidade do enunciado e a etapa que permite reconhecer a verdade. Assim, o cogito é o ponto inicial para saber que é a “impossibilidade de efetuar um ato de pensar sem existir como sujeito deste ato que torna verdadeiro o primeiro princípio da filosofia”, ou seja, que “é a clareza e a distinção da conexão

necessária entre pensar e existir que assegura o reconhecimento desta verdade” (FILHO,1994, p. 14). O cogito, embora verdadeiro, não consegue ser o ponto inicial da ciência – da veracidade das ideias enquanto adequadas ao que existe – sem possuir sua verdade reconhecida pela regra geral de verdade (Deus). Cabe lembrar que:

É necessário que um ato de consciência esteja sendo efetivamente realizado para que o sujeito, consciente do seu ato, possa saber que existe como sujeito pensante. O existir do sujeito pensante é, assim, a condição ontológica do exercício do ato de pensar. [...] A validade da inferência (*Eu penso, logo eu existo*) assim como a verdade da sua conclusão dependem da indubitabilidade da premissa inicial: a efetiva realização de um ato de consciência (Filho, 1994, p. 18).

Como visto, é impossível separar a realização do ato de consciência da consciência do ato, pois não existe ato sem sujeito do ato. Deste modo, quem produz um ato de consciência compreende ser o sujeito do ato, porque não é possível realizar um ato de consciência sem ter consciência de ser sujeito do ato. Do mesmo modo, o sujeito do ato não é indubitável por expor atos diferentes dos atos de consciência. A evidência do cogito, conforme já dito, é indubitável. O que se pode questionar com relação ao cogito é apenas o valor objetivo de sua evidência no tempo, já que o cogito, como visto, vale enquanto pensamos. É justamente a veracidade divina que certifica o cogito contra esse questionamento, à medida que o torna um conhecimento a temporalmente verdadeiro.

O cogito constitui-se como paradigma da verdade: “há uma experiência indubitável de pensamento, que remete à existência atual do sujeito desta existência” (FILHO, 1994, p. 22), isto é, o cogito é reconhecido como verdadeiro pela clareza e distinção com que se afirmar a relação entre o pensar do sujeito e seu existir. A validade do cogito é objetiva enquanto atual: “se uma percepção é clara e distinta, durante o tempo em que é clara e distinta, é impossível não a considerar verdadeira” (LANDIM, 1994, p. 23). Porém, é exatamente o nexos necessário entre validade objetiva e atualidade que abre brecha para questionar a validade objetiva do cogito no tempo. Nesse sentido, Landim observa que:

Dada uma percepção particular, esta percepção, é apenas

esta, não poderá deixar de ser verdadeira durante o tempo em que for percebida como clara e distinta. [...] ela constata, abstratamente, o que ocorre com uma determinada percepção clara e distinta no momento da sua atualidade. Assim, ela não tem o mesmo significado da asserção ‘Todas as percepções claras e distintas particulares são verdadeiras’, mas exprime apenas uma constatação: “Uma determinada percepção particular, clara e distinta, no momento da sua atualidade, é indubitável” (Filho, 1994, p. 23).

Eis que a regra geral de verdade (Deus) permite superar o impasse e afirmar que (1) não somente todas as percepções claras e distintas são verdadeiras, mas também que (2) a evidência passada continua sendo no tempo uma evidência. Isto é, o cogito é momentaneamente verdadeiro antes da prova da existência de Deus como ser veraz, embora o próprio cogito como paradigma dependa da veracidade divina para ser considerado verdadeiro.

Não há contradição em dizer que o cogito é pressuposto necessário do argumento que visa provar a existência de Deus mediante a própria ideia de Deus, atualmente clara e distinta (FILHO, 1994, p. 24). O cogito como paradigma da verdade continua sendo fundamental para comprovar a existência de Deus, por permitir a conexão entre a ideia clara, atual e distinta de Deus e a própria existência de Deus.

2.1. As provas da existência de Deus: A demonstração da existência de Deus a partir de sua ideia

Descartes se serve do cogito como ponto de partida para provar a existência de Deus, mostrando como a existência de Deus pode ser estabelecida através da ideia de Deus que é posta no sujeito pensante. Ao mesmo tempo, Descartes enuncia de modo explícito que a ideia de Deus é uma ideia que vai além dos limites da atividade criadora do intelecto humano. Tal (aparente) paradoxo é articulado a partir da relação entre a necessidade de provar a existência de Deus como ser real e a elucidação da essência de Deus como ser perfeito: a ideia do que Deus é em sua essência necessita ser uma premissa necessária para que se prove sua existência. Isso quer dizer que precisamos possuir em nosso espírito a ideia do que Deus é, de modo que seja

possível inferir que o objeto correspondente a essa ideia exista realmente fora de nós.

No início da terceira meditação, Descartes traz a referência explícita à ideia de Deus conforme concebido pela tradição ocidental: “pelo nome de Deus entendo uma substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente e pelo qual eu próprio e todas as coisas que são (se é verdade que há coisas que existem) foram criadas e produzidas” (DESCARTES, 2011, p. 72)

É nessa altura das *Meditações* que Descartes reitera que sabe que ele é um ser pensante, mas, por outro lado, não sabe se está certo de que suas ideias de fato correspondem ao que é real, sendo-lhe adequadas. Como visto, para Descartes, só há certeza da existência do pensamento, no qual as ideias estão presentes.

Mas as ideias são também “como imagens das coisas”. “Imagem”, como assinala Descartes em diversas ocasiões, não significa cópia ou reprodução, mas tão-somente representação. Representar, por sua vez, significa apresentar algo na consciência sujeitos conscientes de serem sujeitos dos seus atos, mas, “como as imagens das coisas”, elas apresentam ou tornam presentes algo para a consciência do sujeito, elas indicam, portanto, que ser consciente é ao mesmo tempo ter consciência de si de alguma coisa (Souza, 2012, p.84)

Desta forma, entende-se que as ideias são tidas como um ato de representar as coisas, possuindo certa semelhança com o objeto. As ideias, nesse sentido, são ao mesmo tempo ferramenta de conhecimento e objeto de conhecimento: o espírito conhece de imediato as ideias nele presentes, e mediante elas os objetos aos quais elas correspondem.

Com isso, Descartes mostra como uma das tarefas mais relevantes das *Meditações* é a de garantir a veracidade de nossas ideias quanto aos objetos que elas representam, pois dessa veracidade depende nossa percepção verdadeira do mundo exterior. Ao se referirem àquilo que é concebido como estando além do sujeito, as ideias não podem ser deduzidas de dentro do próprio sujeito. Em uma carta Descartes descreve uma melhor explicação:

Pois estando certo de que eu não posso ter conhecimento algum do que está fora de mim senão através das ideias dessas coisas que tive em mim, eu me preservo (*je me*

garde bien) de relacionar meus juízos imediatamente às coisas e de nada lhes atribuir de positivo que não perceba anteriormente em suas ideias. (AT, III, p. 474, Carta a Gibieuf de 19 de janeiro de 1642, *apud* Landim, 2014, p. 670)

Descartes compreende que ele mesmo não pode ser a causa dessas ideias. Deve existir outra causa para essas ideias.

As ideias cuja origem poderia ser atribuída às coisas do mundo não são tão claras e distintas. Por exemplo, não se consegue discernir o que são exatamente frio e calor: “as ideias que tenho do frio e do calor são tão pouco claras e tão pouco distintas que por meio delas não posso discernir se o frio é somente uma privação do calor, ou o calor uma privação do frio, ou então se ambos são qualidades reais ou se não são” (DESCARTES, 2011, p. 70). Assim, não há modo de, por meio das ideias de frio e calor, afirmar com certeza e indubitabilidade que frio e calor realmente existem fora do sujeito. O próprio sujeito pensante poderia ser o autor dessas ideias. Percebe-se assim que, por um lado, o pensamento tem autonomia quanto a suas ideias, decorrendo disso uma certa independência das coisas que causam as ideias: o pensamento é capaz de criar fantasias e ilusões. Por outro lado, se o objetivo é produzir um conhecimento certo e indubitável, isto é, produzir ciência, é necessário que o pensamento reconheça sua finitude.

A ideia de Deus em nós nos mostra nossa finitude. Em outras palavras, há uma única ideia que, ao referir-se a algo diferente do próprio sujeito como ser pensante, consegue se afirmar no nosso pensamento com certeza e indubitabilidade: a ideia de Deus. Como dito, com a ideia de Deus o sujeito pensante representa um ser perfeito, isto é, infinito, eterno, imutável, independente, onisciente, onipotente, responsável por todas as coisas existentes. Essa ideia não pode ter sua causa no ser humano, pois esse último não atribui a si nenhum dos atributos mencionados, aliás, reconhece que a ele se adequa atributos exatamente contrários aos mencionados. Em outras palavras, o sujeito pensante se reconhece imediatamente como um ser finito, à medida que imediatamente conhece a ideia de Deus como ideia do ser infinito.

Cabe aqui compreender a importância da distinção entre realidade objetiva da ideia e realidade formal da coisa, juntamente com o princípio de causalidade que vincula essas duas realidades. A realidade objetiva da ideia é

a existência da ideia na mente. Já a realidade formal equivale à realidade atual (a existência) de qualquer coisa seja qual for. A relação entre essas duas realidades é uma relação de causalidade: a realidade formal da coisa causa a realidade objetiva da ideia. Seguindo a tradição, Descartes afirma que a causa tem de ser baseada no que é mais real, isto é, possuir mais realidade que seu efeito.

Descartes parte exatamente da realidade objetiva da ideia de Deus no espírito para provar a realidade formal (a existência) de Deus.

1. “O cogito tem em si a ideia de Deus.
2. A ideia de Deus tem de ter uma causa.
3. Tem de haver tanta realidade na causa de uma ideia quanto na própria ideia.
4. Se a ideia de Deus tivesse origem no cogito, haveria menos realidade na causa do que no efeito.
5. O cogito não pode ser a causa da ideia de Deus.
6. Logo, Deus é a causa da ideia de Deus” (Nunez, 2018, p. 16).

A ideia de Deus é, então, a ideia de uma substância perfeita, que não pode ser criada por um ser imperfeito. Desta forma, como visto, é necessário que exista uma causa adequada à produção da ideia de Deus, isto é, é necessário que Deus exista realmente como ser perfeito. “Fica evidente que o autor dessa ideia que está em mim não sou eu, imperfeito e finito, nem qualquer outro ser, da mesma forma limitado. Tal ideia, que está em mim, mas não é de mim, só pode ter por causa adequada um ser infinito, isto é, Deus” (REALE e ANTISERI, 1990, p. 372).

A partir da ideia do ser perfeito, o sujeito pensante entende então que sua existência como ser finito procede de Deus e que não pode pensar em nada mais perfeito que Deus. Ao implicar analiticamente a ideia de perfeição, a ideia de Deus implica também a impossibilidade de Ele querer nos enganar quanto ao conhecimento daquilo que é outro com relação ao nosso eu. A prova da existência de Deus como ser perfeito, para o Descartes, se torna o modo para demonstrar que (1) as ideias dos objetos que o sujeito pensante possui são adequadas aos próprios objetos, ou seja, são verídicas e verazes; e que (2), visto que nossas ideias referentes aos objetos não mentem, e visto

que nossas ideias referentes aos objetos nos representam os objetos como reais, os próprios objetos existem. Em outras palavras, Deus garante que minhas experiências subjetivas sejam confiáveis e representativas de uma realidade efetiva. Ou ainda, podemos dizer que Deus é um verificador metafísico da verdade e, ao mesmo tempo, é o intermediário entre duas certezas: a de que eu sou realmente uma coisa que pensa e a de que realmente existem objetos que conheço de maneira verídica. Nesse sentido, a prova da existência de Deus serve, inclusive, para garantir que a minha existência como ser pensante está relacionada à minha existência extensiva como corpo.

A comprovação da presença de Deus, dessa maneira, evidencia sua função fundamental na filosofia cartesiana, permanecendo distante de qualquer abordagem baseada na fé, mesmo quando se trata de revisitar as questões apresentadas pela doutrina cristã. O eu, o sujeito pensante, representa a primeira verdade que se pode conhecer; enquanto a segunda verdade que se torna conhecida é a concepção de um ser perfeito, que, como a verdade primordial sob a perspectiva do ser, assegura a existência do sujeito pensante finito: Meu próprio ser não é totalmente perfeito, pois percebe-se claramente que o ato de conhecer é uma perfeição maior do que o ato de duvidar. Portanto, é preciso investigar de onde é adquirido a capacidade de conceber algo mais perfeito do que eu mesmo.

Como visto, Descartes compreende que a ideia de Deus é inata. A ideia de Deus ser inata é mais um modo que Descartes usa para mostrar a primazia ontológica do ser perfeito, pois a ideia de Deus é a marca do criador em sua criatura. Ou seja, a ideia de Deus ter nos marcado e ao mesmo tempo deixado sua marca no homem, mostra que a existência humana reflete através da divindade de várias formas, como o livre arbítrio. Mostrando que a existência do indivíduo é uma manifestação da ideia de Deus. Pelo fato de Deus ter me criado, ele com sua perfeição me fez à sua imagem e semelhança. Desta forma, quando reflito sobre mim, vejo ao mesmo tempo ser uma criatura imperfeita e que dependo de outra coisa que é necessariamente melhor e maior, enquanto possui a perfeição que eu não posso possuir.

2.1.1 Uma “segunda reflexão” a partir da ideia de Deus

Vimos que Descartes concebe Deus como uma substância infinita, que garante a veracidade de nossas ideias, quando conhecidas de maneira clara e distinta. Também vimos que, para Descartes, a perfeição e infinitude de Deus não podem ser fingidas pelo entendimento, pois apenas um ser cuja realidade formal é perfeita e infinita pode causar a ideia cuja realidade objetiva implica perfeição e infinitude.

Assim como o cogito era pressuposto para a primeira prova da existência de Deus, também o é para a segunda prova. Assim como na primeira prova, também na segunda, o sujeito pensante se reconhece como ser imperfeito e finito e, ao mesmo tempo, reconhece em si a presença da ideia de um ser perfeito e infinito. A partir disso, a segunda prova da existência de Deus representa uma extensão e completamente da primeira, sugerindo uma “segunda reflexão”, conforme lembram Reale e Antiseri:

A própria ideia inata de Deus pode propiciar uma segunda reflexão, que comprova o resultado da primeira argumentação. Se a ideia de um ser infinito que está em mim fosse minha, não seria eu um produto perfeito e ilimitado e não, ao contrário, um ser imperfeito como resulta da dúvida e da aspiração nunca satisfeita à felicidade e a perfeição? Com efeito, quem nega o Deus criador por esse próprio fato está se considerando um autoproduto. Ora, nesse caso, tendo a ideia do ser perfeito, então nos teríamos dado todas as perfeições que encontramos na ideia de Deus. E isso é desmentido pela realidade (Reale; Antiseri, 1990, p. 372).

Assim resumida, a segunda prova da existência de Deus nos apresenta uma espécie de corolário à primeira prova. Trata-se de mais uma vez demonstrar o fato de que o sujeito pensante não pode ser o autor da ideia de Deus presente em seu intelecto. Essa demonstração assume a forma de uma prova por absurdo, ou seja, assume como pressuposto o contrário do que se quer demonstrar. A premissa é aceitar que o ser humano seja capaz de produzir por si só a ideia de Deus presente nele. Mas, se assim fosse, o ser humano teria poder e vontade adequados para produzir a ideia de um ser perfeito e infinito. Dito de outro modo, o ser humano teria ao menos tanta realidade formal quanta realidade objetiva possui a ideia de Deus, ou seja, o ser humano seria perfeito e infinito. Mas, se assim fosse, o ser humano também teria poder e vontade suficientes para se beneficiar a si mesmo dando-se perfeição e infinitude. Essa conclusão é evidentemente

contraditória, sendo desmentida pela natureza finita e imperfeita que realmente caracteriza o ser humano, como notadamente é manifesto pela dúvida, o erro etc.

Mais uma vez, a segunda prova da existência de Deus defende que o primeiro princípio ontológico só pode se encontrar em um ser perfeito. Nesse sentido, Deus não é somente a causa de uma ideia, Deus é o autor e criador do próprio sujeito, ou seja, é a causa de nós existirmos enquanto seres pensantes e capazes de produzir conhecimento verdadeiro.

2.2 O erro

Ao se deter sobre a finitude do sujeito pensante, no final da terceira meditação Descartes conclui que o sujeito pensante é uma substância finita, isto por possuir ideias inatas, cuja criação escapa à atividade do pensamento. Entre elas, a ideia de Deus que, como outras ideias inatas (por exemplo, as ideias matemáticas ou os princípios lógicos) são claras e distintas. Essas ideias não são criadas ou imaginadas pelo sujeito pensante, que apenas as descobre em si. Há, todavia, no espírito humano também outras ideias que, mesmo sendo originadas por causas externas ao ser pensante, não possuem clareza e distinção. Ideias obscuras para Descartes são, por exemplo, as ideias de luz e cor. Muito mais do que isso, o ser pensante, mesmo após reconhecer na existência de Deus a garantia da veracidade de seus conhecimentos, sempre é sujeito ao erro e ao engano.

Mesmo tendo sido provada a existência de Deus, surge uma questão: se Deus é um ser totalmente perfeito e veraz, de onde então vem o erro? Descartes diz que o erro se origina na finitude do ser humano, notadamente pelo uso incorreto do livre arbítrio.

Para Descartes, afinal, o erro consiste em um juízo errado que o ser pensante faz ao conhecer determinadas coisas. Em primeira instância, é importante entender que todo conhecimento que tenho adquirido se concretiza sob a forma de juízo, é tudo é ofertado por Deus, então é uma verdade totalmente perfeita. Em segundo lugar, na formulação de juízos interagem duas faculdades, são elas: intelecto e vontade. Em terceiro lugar, a vontade humana é reconhecida por Descartes como livre, sendo que o erro se dá justamente pelo uso errado da vontade enquanto livre arbítrio.

Descartes apresenta uma melhor explicação acerca da vontade humana comparando-a com a vontade divina. Diferentemente do intelecto que é finito no ser humano é infinito em Deus, a vontade opera do mesmo modo em Deus e no ser humano.

A natureza da vontade, de fato, não é suscetível de um ou mais ou de um menos, ela é a mesma seja qual for o sujeito em que se encontre. Pois ela consiste somente no fato de podermos fazer alguma coisa ou não a fazer (...), ou, antes, somente no fato de, para afirmar ou negar, seguir no fato de, para afirmar ou negar, seguir ou fugir as coisas que o entendimento nos propõe, agirmos de tal modo que não sentimos que nenhuma forma exterior nos constranja. (Scribano, 2007, p. 110)

A vontade divina, contudo, pode ser vista como infinita em qualquer sentido, isto é, também no sentido de sua adequação proporcional ao intelecto divino, ao passo que entre a vontade e o intelecto no ser humano há desproporção. Se em Deus a vontade sempre, necessariamente determina o juízo em consonância com o intelecto, no ser humano a vontade, enquanto livre, pode determinar o juízo em desacordo com o intelecto. Justamente por ser poderosa e livre como a vontade divina, a vontade humana pode exacerbar os limites do intelecto humano, que é finito. Em palavras simples: quando os conhecimentos oferecidos pelo intelecto são confusos e obscuros, mesmo assim a vontade pode afirmá-los como verdadeiros, mesmo faltando elementos para tanto. Por outro lado, quando possuo ideias claras e distintas, minha vontade é irresistivelmente levada a concordar com meu intelecto. Nesse caso, nem seria possível o contrário, já que ideias claras e distintas, certas e indubitáveis, são possíveis só quando o intelecto alcança o grau máximo de conhecimento, sendo que a vontade é justamente uma faculdade que tende ao máximo.

O juízo, então, é voluntário e, portanto, é livre. Ao contrário do que ocorre com as ideias claras e distintas, quando o intelecto apresenta ideias obscuras e confusas, o sujeito pensante tem a liberdade de afirmar, negar ou suspender o juízo. A liberdade de escolha é a responsável pelo erro. No sentido de o sujeito pensante assumir a responsabilidade de seus erros de juízo, Descartes nota que a indiferença é o grau mais baixo da liberdade, já que o erro deve ser reprovado moralmente e deve ser passível de punição.

Segundo Descartes a liberdade é uma característica essencial da vontade humana. No entanto, não se trata de uma liberdade absoluta, mas, sim, de uma liberdade condicional, ou seja, limitada pelo conhecimento que temos na circunstância em que nos encontramos. Exatamente por ser orientada pelo intelecto, que a nossa liberdade gera a sensação de que poderíamos fazer escolhas diferentes, à medida que se segue um ou outro raciocínio. Por outro lado, o fato de a vontade se orientar a partir de nossos conhecimentos não significa que ela não seja livre ou seja menos livre. Como visto, intelecto e vontade se complementam, de maneira harmônica em Deus, eventualmente de maneira discrepante no ser humano. Enfim, Descartes reconhece que a liberdade é uma dádiva divina e é dever nossa usá-la de forma correta, seguindo a razão e a consciência.

Mesmo após provar a origem do erro, permanece a dúvida de que Deus podia impedir que o erro produzisse: Deus pela sua perfeição conseguiria fazer que o meu ser não enganasse, mediante o conhecimento das coisas simples.

Antes de responder tal pergunta, Descartes apresenta um argumento, no qual ele mesmo responde a própria dúvida.

Descartes, de fato, apela para cognoscibilidade dos fins de Deus: e, se os fins de Deus são incognoscíveis, não tem sentido perguntar por que Deus permitiu o erro, ou se o erro é compatível com o projeto divino de criar o mundo melhor: “não me parece que eu possa sem temeridade investigar e empreender descobrir os fins impenetráveis de Deus”. (Scribano, 2007, p. 118)

Segundo Descartes, não é precisa uma causa final para explicar a ordem existente da natureza, pois a explicação vem através da natureza material e extensa das coisas. A matéria é movimento e o movimento basta para explicar, nos termos da causalidade eficiente, a ordem existente na natureza. Mesmo assim, Descartes apela à incompreensibilidade, para o ser humano, dos desígnios de Deus. Mais uma vez, a perfeição e infinitude de Deus servem para frisar a distância entre o ser humano e Deus. Os fins de um Deus onisciente são, afinal, imperscrutáveis para intelecto finito humano.

Assim, Descartes acredita ser injusto questionar Deus no que se refere à questão do erro, isto porque aos seres humanos não é dado conhecer a lógica divina. O filósofo por sua vez, argumenta que Deus é livre para

organizar sua criação, que é boa devido à natureza perfeita do próprio Deus. Deus, em sua benevolência, pode fazer qualquer coisa, poderia fazer com que o homem nunca se engane, concedendo-lhe o dom da verdade. Desta forma, porém, não haveria conhecimento propriamente dito, se por conhecimento se concebe uma mudança de estado, a passagem do que é ignoto para aquilo que se torna conhecido.

E, na verdade, quando só penso em Deus, não descubro em mim nenhuma causa de erro ou de falsidade; mas, pouco depois, voltando a mim, a experiência me faz conhecer que sou, não obstante, sujeito a uma infinidade de erros, dos quais, procurando a causa de mais perto, noto que não se apresenta somente ao meu pensamento uma real e positiva ideia de Deus, por assim dizer (...) e que sou como meio entre Deus e o nada (...) nada se encontra em mim que me possa conduzir ao erro, na medida em que um soberano ser me produziu; mas que se me considero participando de alguma forma do nada ou do não ser, ou seja na medida em que sou eu mesmo não sou o soberano (...) acho-me exposto a uma infinidade de faltas, de forma que não devo espantar se me engano. (Descartes, 2011, p. 85)

Uma vez esclarecido em que termos o erro deve ser compreendido, Descartes passa a utilizar a veracidade de Deus como importante ferramenta de análise para determinar o que é claro e distinto, por exemplo, no que se refere à essência matemática das coisas materiais. Desta forma é possível adquirir uma ciência perfeita apenas no toque, essas coisas podem ser demonstradas pelo princípio de uma geometria.

A matemática é apresentada como uma disciplina cujo conhecimento é totalmente claro e distinto, pois se respalda em ideias inatas. Na filosofia cartesiana, as ideias inatas são a chave do conhecimento por excelência, pois permitem fazer ciência, ou seja, elaborar um saber independente da experiência empírica. As ideias inatas se distinguem das ideias fictícias e ideias adventícias. As ideias fictícias são fruto de nossa imaginação, já as ideias adventícias derivam das coisas conforme percebidas pelos sentidos. A partir dessa explicação, Descartes reconhece que as ideias inatas descrevem corretamente as realidades das coisas e ao mesmo tempo independem da experiência empírica, sendo reconhecida pelo sujeito pensante como inerentes exclusivamente ao intelecto desde sempre. As ideias

inatas não podem ser mudadas, ao passo que as ideias adventícias e as fictícias podem padecer alterações.

Encontro em mim uma infinitude de ideias de certas coisas, que não podem ser estimadas um puro nada, embora, talvez, não tenham nenhuma existência fora do meu pensamento, e que não são inventadas por mim, se bem que esteja em meu poder pensá-las ou não à pensar; mas elas têm suas naturezas verdadeiras e imutáveis. Como por exemplo, quando imagino um triângulo, ainda que talvez não haja em lugar nenhum do mundo fora do meu pensamento uma tal figura, e jamais tenha havido, não deixa de haver, não obstante, uma certa natureza, ou forma, ou essência determinada dessa figura, a qual é a imutável e eterna, que eu não inventei e que não depende de modo algum do meu espírito (Descartes, 2011, p. 98)

Em outras palavras, na filosofia cartesiana a matemática é a afirmação de algo que já reside dentro do pensamento, e que apenas precisa ser descoberto, do mesmo modo como ocorre com a ideia de Deus. A matemática e Deus são, por assim dizer, um destino necessário a que o nosso intelecto é levado, justamente porque tais ideias, enquanto inatas, independem do pensamento e lhe se impõem, sem que o pensamento possa alterá-las a seu bel prazer mediante representações fantasiosas ou aleatórias.

A prova da existência de Deus a partir de sua ideia inata em nós, assim como a teorização matemática, exemplifica um conhecimento adquirido clara e distintamente. Por outro lado, para que as ideias matemáticas sejam verídicas, elas precisam ser comprovadas pela existência de Deus como ser perfeito e, portanto, verdadeiro. Descartes traz a matemática como exemplo de conhecimento seguro e claro, mas ao mesmo tempo está distante da existência de Deus. Ora, de acordo com Descartes, deve-se acreditar na existência de Deus que se impõe ao intelecto a partir da ideia de Deus em nós. não poderia ser alterada, da mesma maneira que as verdades matemáticas. Um matemático cartesiano não pode ser ateu, já que, se não se assumir que Deus existe, sua matemática sempre ficará exposta ao risco de ser apenas uma bela construção do sujeito pensante que nada diz das coisas do mundo: “Só quando se tiver convencido de que Deus existe e não é enganador, o matemático não terá motivo para duvidar daquilo que conheceu, conhece e conhecerá clara e distintamente como verdadeiro.” (SCRIBANO, 2007, p. 139).

2.3 A prova ontológica da existência de Deus

Quando verificamos a demonstração – ontológica e a priori – da existência de Deus, conforme apresentada na quinta meditação, Deus deixa de ser predicado e torna-se o sujeito característica está importante para a sua existência torna-se seu predicado. De forma que seja uma nova ideia de Deus, de um significado verdadeiro, pois a definição inicial de um ser perfeito leva a reconhecer a sua existência como uma de suas perfeições. A partir da quinta meditação a existência de um ser sumamente perfeito pode ser retirado a partir de sua própria perfeição, já que sua existência é uma perfeição, e prova-se então que não é possível conceber Deus sem existência, apenas isso.

A prova ontológica cartesiana se baseia em dois conceitos. O primeiro é a ideia clara e distinta da essência de Deus, isto é, o conhecimento verdadeiro da ideia de Deus. O segundo é a ideia clara e distinta de existência de Deus que se alcança pelo conhecimento da essência de Deus, pois é a partir desse conhecimento que é provada sua existência como uma das perfeições do ser perfeito. As provas cartesianas possuem as seguintes etapas:

1. Tenho uma ideia clara e distinta de um ente perfeitamente perfeito. 2. Tudo o que é claro e distinto é verdadeiro. 3 A ideia clara e distinta de um ente sumamente perfeito representa um ente possível, não contraditório. Em termos cartesianos, representa a essência real deste ente (1, 2). 4. Um ente, cuja essência é a de ser sumamente perfeito, tem todas as perfeições. (Em razão da definição de um ente sumamente perfeito.) 5 A existência é uma perfeição. 6. Portanto, a essência de um ente sumamente perfeito contém como uma das suas propriedades a propriedade de existir (4, 5). 7 Propriedades da essência de um ente são propriedades ou atributos do ente. 8. Segue-se que um ente sumamente perfeito existe” (Landim, 2000, p. 117-118).

Assim, a existência pertence ao conjunto das perfeições de Deus, ou seja, Deus não pode ser concebido sem existência, pois, tudo que é aprendido é sob a forma do ente, isto é, Deus. Uma vez demonstrado que Deus não é um ser enganador e que todo erro de conhecimento provém da “exuberância” da vontade humana, a prova ontológica da existência de Deus é a priori na medida em que pressupõe a mera essência de Deus. A ideia da essência de

Deus é tão clara e distinta – mais uma vez – como as ideias matemáticas, como, por exemplo, a ideia de um triângulo. Descartes afirma:

Da essência de um triângulo retilíneo não pode ser separada a grandeza de seus três ângulos iguais a dois retos, ou, da ideia de uma montanha a ideia de um vale; de sorte que não sinto menos repugnância em conceber um Deus (isto é, um ser soberanamente perfeito) ao qual falte existência (isto é, ao qual falte uma perfeição), do que em conceber uma montanha que não tenha vale. (Descartes, 2011, p. 101)

Descartes mostra que, de certa forma, essa prova possui um caráter nítido: mesmo que essência e existência possam e devam ser logicamente distintas, a natureza perfeita de Deus impede que elas sejam realmente separadas, dando a entender que em Deus essência e existência não podem depender uma da outra. Ou seja, não é possível conceber Deus, que é ser perfeito, sem existência.

Em outras palavras, a prova ontológica da existência de Deus mostra que essência e existência estão, em Deus, unidas inseparavelmente. Quando se afirmar que Deus, em sua essência, é perfeito, está também se afirmando que Deus existe, pois a própria ideia de perfeição seria contradita se algo faltasse, por exemplo, a existência. Reale e Antiseri assim sintetizam:

A existência é parte integrante da essência, de modo que não é possível ter a ideia (a essência) de Deus sem simultaneamente admitir a sua existência, da mesma forma que não é possível conceber um triângulo sem pensá-lo com a soma dos ângulos internos iguais a dois retos ou como não é concebível uma montanha sem vale. Só que, enquanto, do fato de não poder “conceber uma montanha sem vale não deriva que existam no mundo montanhas e vales, mas somente que a montanha e o vale, existindo ou não existindo, não podem de modo algum ser separados um do outro, (...) já do fato que não posso conceber Deus sem existência deriva que a existência é inseparável dele e, portanto, que ele existe verdadeiramente”. (Reale; Antiseri, 1900, p. 372-3).

Dada a possibilidade lógica de separar a essência da existência, poderíamos facilmente ser persuadidos de que a existência de Deus ser de fato pode ser separada da sua essência, reconhecendo assim a possibilidade de Deus não existir. Vale nesse sentido o exemplo da montanha e do vale lembrado acima. Portanto, ao observar a ideia com mais exatidão, percebe-se

que não é possível tal separação da existência enquanto essência. Nesse sentido, se é possível comparar a ideia de Deus à ideia matemática do triângulo ou à ideia da relação entre montanha e vale, por outro lado, a ideia de Deus se diferencia dessas outras ideias por derivar, da essência de Deus, imediatamente, sua existência, não só de um ponto de vista lógico, no que diz respeito à Sua definição, mas ontológico, no que diz respeito à realidade de Seu ser. Como apontado por Reale e Antiseri, a ideia de vale é implícita na ideia de montanha, assim como, podemos acrescentar, a ideia de 180° como soma dos ângulos internos de uma figura geométrica plana é implícita na ideia de triângulo. Também nesse último caso, mesmo se tratando de uma ideia inata, o fato de haver a ideia do triângulo e dele ter ângulos internos cuja soma equivale a 180° não implica que esse triângulo exista realmente fora do sujeito que o pensa. No caso da ideia de Deus, não se trata de uma ideia que depende exclusivamente do pensamento, mas, sim, da ideia de uma verdadeira natureza perfeita, isto é, também realmente eterna e imutável, que existe, já existia desde sempre e continuará a existir no futuro, para sempre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais objetivos dessa pesquisa foi apresentar as provas da existência de Deus, nas *Meditações metafísicas* de René Descartes. Para tanto, optamos por abordar apenas algumas das seis meditações cartesianas. As duas primeiras são essenciais pelo fato de introduzirem de uma forma mais detalhada ferramentas que são essenciais para chegar ao fim da pesquisa. Já a terceira e a quinta meditações se referem mais diretamente às provas da existência de Deus.

Consideramos essencial refletir a partir daquilo que Descartes argumenta em suas *Regras para a orientação do espírito* (2007, p. 19), ou seja, que o método é uma ferramenta necessária para *chegar* a uma verdade segura, sendo preciso seguir algumas etapas: a primeira etapa prescreve a evidência para além de qualquer mínima dúvida; a segunda etapa a análise; a terceira etapa a síntese; e a quarta etapa a enumeração. O filósofo mostra que essas etapas são essenciais para se ter um conhecimento seguro e indubitável.

Tendo feito uma introdução ao método mostrando sua importância, adentramos então em um outro conceito: o da dúvida, que, para Descartes, é necessário ponto de partida para se alcançar a verdade. Desta maneira, o filósofo apresenta a dúvida como “dúvida metódica”. A dúvida metódica é vista como um ato de duvidar das coisas, regado e não fim a si mesmo, mas, sim, voltado à construção de uma verdadeira ciência. Sendo assim, a dúvida pode ser considerada também como “dúvida normativa”. Daí as várias formas da dúvida, às quais correspondem argumentos específicos da dúvida: a dúvida psicológica ou factual, a dúvida voluntária, referente às verdades presentes no nosso espírito, a dúvida hiperbólica ou radical ou metafísica, que diz respeito à própria (im) possibilidade de conhecer algo como verdadeiro. Com isso, Descartes, em seus argumentos, mostra mais uma vez que a dúvida deve ser “metódica”, consistindo em hipóteses e em uma sequência de etapas.

Assim, Descartes mostra que há três argumentos da dúvida: o argumento dos sentidos, que nos impõe questionar tudo aquilo que pode ser duvidoso, por derivar de nossos sentidos; o argumento dos sonhos, que nos impõe que não podemos ter certeza acerca da distinção entre sono e vigília; o argumento do Deus enganador, ou melhor, do gênio maligno que nos impõe desconfiar até nas verdades que consideramos certas enquanto inatas, como

as verdades matemáticas. O gênio maligno, ao representar o nível máximo possível para a dúvida, para o filósofo é de suma importância pois é justamente a partir daí que a dúvida encontra seu limite e nos permite estabelecer a primeira certeza absoluta que nos é dada conhecer.

Após essa passagem extrema pela dúvida, Descartes reconhece que não só é possível, mas também necessária a certeza de, ao duvidarmos, estarmos pensando. Para estarmos sendo enganados pelo gênio maligno, precisamos assumir que existimos enquanto substâncias pensantes. A existência do ser humano é verdadeira, à medida que ele pensa. Diz Descartes: “penso, logo, existo”, sendo esta a primeira verdade certa e indubitável.

Devido à sua importância, apresentamos algumas considerações a partir do cogito, como, por exemplo, o caráter intuitivo do conhecimento certo e indubitável. Também apontamos como, segundo Descartes, a partir de *La Description du corps humain*, mostra que, quando estamos dispostos a conhecer nossa natureza, reconhecemos que nossa alma é nossa característica essencial e exclusiva, nos proporcionando o poder de pensar, imaginar, sentir, duvidar, querer. O cogito, por outro lado, nos dá a certeza apenas com relação à nossa existência, e não com relação à existência das coisas do mundo, tampouco com relação à adequação de nossas ideias às coisas do mundo. Por isso tentamos mostrar o porquê as “*Meditações[...]*” não terminam no cogito.

Descartes reconhece que o cogito se constitui como a primeira verdade da filosofia e ao mesmo tempo mostra que o cogito é uma verdade que não depende de outra verdade, inclusive, possibilitando novas descobertas, como ocorre na investigação da existência de Deus e dos corpos. É justamente a partir do cogito que, em sua terceira meditação, Descartes reconhece a existência de Deus, O Qual, por Sua vez, garante ontologicamente a existência do ser pensante finito, como criatura de um Criador. Nesse sentido, o cogito é confirmado através da veracidade divina. A veracidade divina é importante pois ela traz consigo a própria possibilidade de o conhecimento humano ser verdadeiro, ou seja, verídico acerca daquilo que é conhecido como fora do sujeito. Vimos assim que a veracidade divina é primeiro princípio no sentido do ser, e também no sentido de garantir o conhecimento.

A ideia de Deus para o filósofo implica a de um ser supremo cuja essência é a perfeição e infinitude, ou seja, tudo que provém dele é verdadeiro

e eficaz. Demonstramos, então, que a ideia de Deus é tida como inata, pois está além da capacidade de o intelecto humano criá-la. A ideia da perfeição de Deus envolve analiticamente Sua existência, cuja realidade efetiva deve ser adequada à Sua ideia. À medida que Deus existe realmente, torna-se motivo para termos certeza indubitável também daquelas nossas ideias das quais ainda podemos duvidar por causa do gênio maligno. Como dito, a existência de Deus é a garantia de que o nosso conhecimento pode ser verdadeiro e confiável, ou seja, pode reconhecer o erro e superá-lo.

Ao mesmo tempo, a demonstração da existência de Deus como ser perfeito e verídico nos põe frente ao problema do erro: se Deus é perfeito, de onde provém o erro humano? O erro humano sempre pode ocorrer, mesmo assumindo como realmente possível o conhecimento verdadeiro. Descartes mostra que, uma vez provada a existência de um ser divino, cuja essência é a perfeição, Ele não pode ser responsável pelo erro. Apenas o próprio ser humano é responsável pelo uso errado que faz de sua vontade em relação ao seu intelecto, já que o próprio Deus dá ao ser humano a capacidade de livremente decidir e escolher. Vimos que é preciso reconhecer que o erro acontece pelo mal-uso do livre arbítrio.

Por fim, abordamos de maneira não exaustiva as três provas da existência de Deus, as primeiras duas sendo viabilizadas pela ideia de Deus como efeito, em nós, da criação divina, e como ideia que por definição, nos impõe reconhecer a existência como implícita na perfeição. Já a terceira prova, que é tida como “prova ontológica”, aborda a existência de Deus como uma ideia que, ao ser concebida, mostra que tudo provém d’Ele.

Portanto, essas provas, quando analisadas em certos detalhes, ajudam a ter uma melhor compreensão da existência de Deus, segundo Descartes, e como ela se relaciona com a necessidade de uma garantia para nosso conhecimento.

Bibliografia

COTTINGHAM, John. Tradução: André Oídes. Descartes. São Paulo: Ideias e letras, 2009.

DE DESCARTES, O Euvres. Tomes I à XII, édition Charles Andam et Paul Tannery. Paris, Léopold Cerf, v. 1910, 1987

DESCARTES, René. Meditações concernentes à Primeira filosofia nas quais a existência e a distinção real entre a alma e o corpo do homem são demonstradas. (J. Guinsburg e BP júnior, trads. Vol. 15, p. 81-150). São Paulo, SP: Abril Cultural, 1973.

DESCARTES, René. Meditações Metafísicas. Tradução: Maria Ermantina. 3. ed. São Paulo: WMF Martins fontes, 2011.

DESCARTES, René. Regras para a orientação do Espírito. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007

LANDIM FILHO, Raul. Argumento ontológico. A prova a priori da existência de Deus na filosofia primeira de Descartes. **discurso**, n. 31, p. 115-156, 2000.

LANDIM FILHO, Raul. Pode o cogito ser posto em questão? *Discurso*, [s. l.], ed. 24, p. 9-30, 1994.

FORLIN, Enéias. O papel da dúvida metafísica no processo da constituição do cogito. Humanitas, São Paulo, 2004.

JESUS, Luciano Marques de. As provas da existência de Deus em Descartes. *Veritas*, Porto Alegre. v. 43, n. 2., p. 347-364, 1998.

NUNES, Álvaro. O racionalismo de Descartes. 2018.

REALE, Giovanni. História da filosofia: do humanismo a Descartes. V. 3\Giovanni Reale. Dario Antiseri

SCRIBANO, Emanuela. Descartes: meditações metafísicas: guia de leitura. São Paulo: Loyola, 2007.

SOUZA, José Francisco de Chagas. As provas metafísicas da existência de Deus. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade federal Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2012.

SPINELLI, Miguel. O cogito de Descartes enquanto retomada extrema do conhece-te a ti mesmo. Universidade Federal de Santa Maria, 2009.



THAMARA FIGUEIREDO DE ALMEIDA

PLANO DE CURSO PARA DISCIPLINA DE FILOSOFIA

Plano de Curso de Filosofia para o ensino médio apresentado ao Colegiado do Curso de Filosofia, como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciada em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Emanuele Tredanaro

Lavras - MG

2023

1. INTRODUÇÃO

O plano de curso refere-se à disciplina de filosofia, tendo como público-alvo o ensino médio, especificamente o primeiro ano. A abordagem será histórico-filosófica. Serão propostos conceitos iniciais da história da filosofia (arché, mito, as quatro causas do ser, o conceito livre arbítrio, e a dúvida), com ênfase na filosofia antiga, medieval e da primeira modernidade, no intuito de chegar à introdução aos argumentos de Descartes.

O objetivo é levar os alunos a compreenderem a importância da história da filosofia como fonte de conhecimento e de pensamento crítico. Para tanto, a metodologia didática ficará no diálogo, no debate e no questionamento.

As aulas foram pensadas para alunos da turma do primeiro ano de ensino médio, de modo que contemple as exigências curriculares das competências da BNCC - EM13CHS101: identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, como vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DO CURSO

O curso será dividido em quatro módulos correspondentes aos quatro bimestres:

- Distinção entre filosofia e mitologia; Pensadores pré-socráticos;
- Sócrates e Platão;
- Aristóteles e Agostino;
- Descartes.

3. OBJETIVOS

O objetivo do curso é levar os alunos a ter um entendimento mais amplo sobre a história da filosofia e ao mesmo tempo se questionarem e refletirem sobre os conceitos e as questões que estão sendo propostos. É importante que os alunos tenham uma participação ativa nas aulas, que haja perguntas, que se manifestem dúvidas e pedidos de esclarecimento referentes ao tema estudado, já que é próprio da filosofia o ato de questionar, visando o amadurecimento de senso crítico.

4. METODOLOGIA

As aulas serão expositivas intercaladas por atividades de fixação para aprendizado do conteúdo, como, por exemplo, rodas de conversa. No final de cada módulo ocorrerá uma avaliação bimestral, contudo, no último módulo terá um trabalho final de apresentação, a partir de um tema ou problema proposto pelo professor. Depois da apresentação, ocorrerá uma análise e debate geral do que foi exposto pelos alunos.

5. RECURSOS DIDÁTICOS:

- Giz,
- quadro,
- data show,
- livro didático.

6. PLANEJAMENTO DAS AULAS:

1º - BIMESTRE: Introdução ao pensamento dos Pré Socráticos

Aula 1 - Apresentação do Tema: Distinção entre filosofia e mitologia

Será apresentada a distinção entre o pensamento filosófico e o pensamento mitológico. O objetivo é que os alunos tomem ciência da especificidade do pensamento filosófico.

- Metodologia: Utilização da lousa para anotações mais

importantes juntamente com o livro didático.

- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

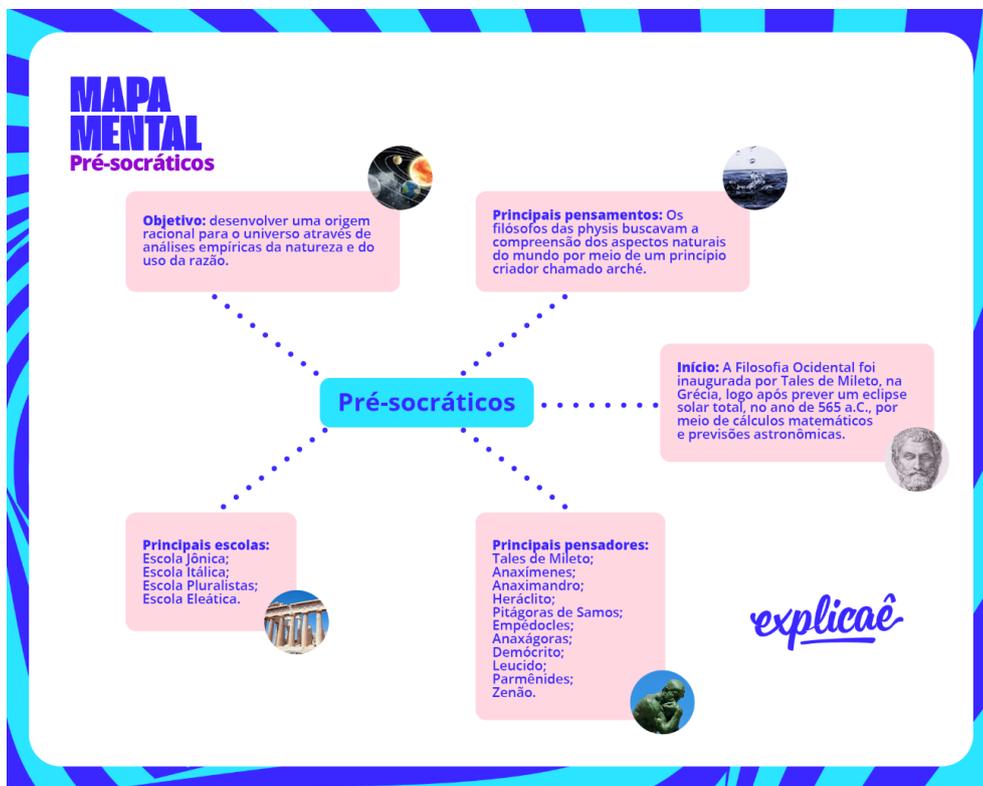
Aula 2 - Pensadores pré-socráticos

Serão apresentados os pensadores pré-socráticos: Pitágoras, Heráclito, Eleia, Empédocles, Tales de Mileto e Demócrito. O objetivo é que os alunos identifiquem de forma correta a diferença e semelhança entre os primeiros pensadores da antiguidade, ou seja, como cada um pensa a arché, ou seja o princípio e causa originária da realidade.

- Metodologia: Utilização da lousa para anotações mais importantes juntamente com o livro didático.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 3: Recapitulação sobre os pensadores pré-socráticos

Será apresentado um mapa dos principais filósofos dessa época.



- Metodologia: Utilização da lousa para anotações mais importantes juntamente com o livro didático; Utilização do data show para apresentação do mapa.

- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 4: Dinâmica de grupo

Será pedido que os alunos voltem um pouco ao tempo e pensem como era viver na antiguidade. A dinâmica propõe que os alunos deem explicações filosóficas a partir do que aprenderam acerca dos pensadores da antiguidade. A tarefa será realizada em grupos, cada grupo apresentará uma explicação em aula. A atividade contará como participação, ou seja, irá valer pontos.

- Metodologia: Será uma aula totalmente focada na participação dos alunos, que realizaram a atividade a partir das informações contidas no livro didático e das anotações no caderno.

- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aulas 5 e 6: Apresentação de trabalho

Serão apresentados trabalhos previamente elaborados em grupo. Cada grupo apresentará uma breve pesquisa feita sobre um ou mais dos pensadores estudados. Cada grupo terá um pensador para apresentar, em aproximadamente dez minutos. Logo após as apresentações do dia, haverá uma conversa sobre o que foi dito. O objetivo é que os alunos aprendam a entender e interpretar o que está sendo apresentado. Tal apresentação contará como avaliação.

Aulas 7 e 8: Revisão

Será feita uma revisão geral do conteúdo que foi visto até agora, em vista da prova bimestral que consistirá no valor de 12 pontos.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.

- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 9: Aplicação da prova bimestral

A prova bimestral consistirá em uma parte dedicada aos pensadores pré-socráticos e uma pergunta onde os alunos terão que responder o que é o mito de acordo com o que foi estudado até então em sala.

Aula 10: Aplicação da prova bimestral de recuperação

A prova de recuperação consistirá em uma prova múltipla de escolhas e uma questão dissertativa. O conteúdo cobrado será referente ao que foi passado desde o início do bimestre. A prova de recuperação visa recuperar a média de 15 pontos.

DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS DO PRIMEIRO BIMESTRE:

- Atividade realizada em grupo na aula 3: 5 pontos
- Trabalhos em grupos apresentado nas aulas 5 e 6: 8 pontos
- Prova bimestral: 12 pontos
- Conceito: 2 pontos
- **Valor do Bimestre: 25 pontos**

2º- BIMESTRE: Introdução ao pensamento de Sócrates e Platão

Aula 11: A democracia em Atenas e os Sofistas

Será apresentada a democracia ateniense com foco no debate em praça pública. Em seguida, será apresentado o papel que os Sofistas desempenharam em Atenas. O objetivo é que os alunos possam entender o marco desta época, para depois adentrar para Sócrates.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 12: Sócrates

Será apresentada a figura de Sócrates e sua dialética, mostrando que ele foi um divisor de águas para a história da filosofia, com foco no diálogo como ferramenta crítica essencial para a filosofia.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aulas 13 e 14: Filme “Sócrates” de R. Rossellini

Será projetado o filme sobre a vida de Sócrates, com duração total de 01:53. Devido à extensão do filme, será pedido que as aulas seguintes atrasem 10 minutos.

- Metodologia: Utilização do data show para apresentação do filme.
- Referência:
<https://www.youtube.com/watch?v=30ssFnAvZjA>

Aula 15: Atividade avaliativa

Será realizada uma atividade avaliativa consistindo em múltiplas escolhas e uma questão dissertativa a ser respondida em, no máximo, 10 linhas, sobre tema: “O que é o diálogo?”. A atividade poderá ser feita em dupla e os alunos poderão consultar o caderno. A avaliação valerá 10 pontos.

Aulas 16: Platão

Esta aula será apresentada a teorias das ideias, onde Platão acreditava que o mundo que percebemos através com nossos sentidos é apenas uma sombra, ou seja, não é um conhecimento seguro, e sim que o conhecimento verdadeiro se dá através de uma ideia.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016;
<https://youtu.be/sCaxAvAFG0A>

Aula 17: Platão

Para a continuação da aula passada será passada a alegoria da caverna, onde é apresentada a ignorância das pessoas para um conhecimento. Platão compara as pessoas que vivem em uma caverna cercados por sombras e ao

mesmo tempo presos por uma falsa verdade. Sendo assim, a filosofia é o modo de mostrar a verdade das coisas que estão nas ideias.

- Metodologia. Será utilizado o data show para a passagem de um pequeno vídeo desta demonstração do mito da caverna.

Aula 18: Platão

A aula constituirá na tripartição da alma, onde Platão divide a alma em três partes: a racional, as espiritualidades e a perspectiva. Essas partes da alma representam a razão, a vontade e os desejos.

- Metodologia. A aula será dividida em dois momentos, num primeiro momento será feita uma introdução sobre as partes mais importantes de modo que o aluno entenda. Em outro momento serão feitas perguntas, o objetivo desta atividade é olhar se os alunos compreenderam de fato a aula.

Aula 19: Aplicação da prova bimestral

A prova bimestral terá como conteúdo cobrado o que foi estudado ao longo do bimestre. A prova será de múltipla escolha e duas questões de escrita.

Aula 20: Aplicação da prova bimestral de recuperação

A prova de recuperação consistirá em uma prova múltipla de escolhas, já que abarcam um conteúdo extenso. O conteúdo cobrado será sobre Sócrates e Platão. A prova de recuperação visa recuperar 15 pontos a média

DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS DO SEGUNDO BIMESTRE:

- Atividade realizada em dupla na aula 15: 10 pontos
- Avaliação Bimestral: 10 pontos
- Conceito e participação: 5 pontos
- **Bimestre: 25 pontos**

3° - BIMESTRE: Introdução ao pensamento de Aristóteles e Agostinho

Aula 21: Aristóteles

Será proposta uma introdução geral ao pensamento aristotélico. O objetivo é que os alunos se familiarizem com o modo de ver o mundo do filósofo. Nesse sentido, pretende-se mostrar como o filósofo classifica a multiplicidade dos seres vivos, diferente da ideia que Platão tem.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

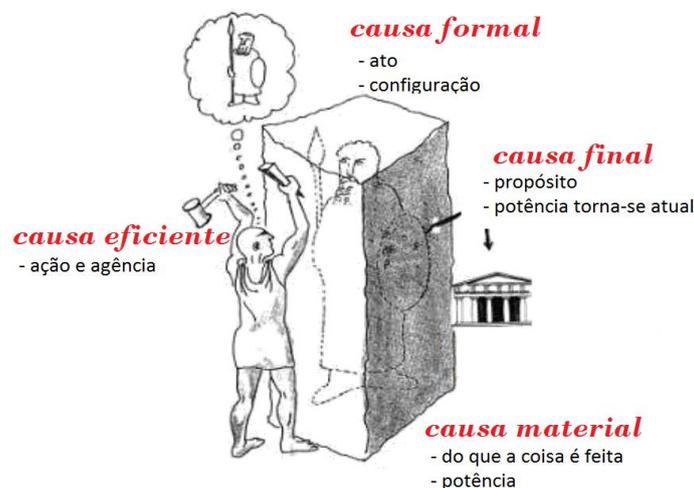
Aula 22: Aristóteles

Será apresentado o método indutivo, para mostrar de onde, segundo Aristóteles, a ciência deve partir, quando se investigam os entes individuais. Juntamente será apresentada a concepção filosófica (matéria e forma).

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 23: Aristóteles

Serão apresentadas as quatro causas, conforme Aristóteles as concebe: a causa material, a causa formal, a causa eficiente e a causa final. Antes de tudo será feito uma breve explicação da causalidade. Em seguida, será utilizada uma imagem para fixação da teoria.



Fonte:

<https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fensaiosnotas.com%2F2018%2>

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 24: Aristóteles

Será apresentada a teoria do primeiro motor imóvel, explicando que tal motor está vinculado à origem do mundo, já que para Aristóteles o mundo é eterno, e o mundo nunca teve um princípio e um fim. O objetivo é que os alunos reflitam sobre os conceitos de origem.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 25: Atividade avaliativa

Será realizada uma avaliação mensal, sobre o pensamento Aristotélico. A atividade consistirá em uma primeira atividade. O objetivo desta avaliação é observar se os alunos compreenderam o conteúdo. Sendo assim, cobrada uma dissertação onde os alunos terão que escrever sobre a constituição do ser para Aristóteles de forma explicativa, Poderá ser utilizado as anotações do caderno. A atividade valerá 8 pontos.

Aula 26: Agostinho

Será proposta uma introdução à filosofia agostiniana. O objetivo é que os alunos, mediante a história do filósofo e relação entre fé e saber, se familiarizem com a filosofia medieval enquanto filosofia cristã.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
-

Aula 27: Agostinho

Será apresentada a concepção agostiniana da superioridade da alma, e sua relação com o corpo.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 28: Agostinho

Será apresentada uma explicação das boas ações e o que o ser humano realiza para alcançar a graça divina, segundo Agostinho. A aula contará com a seguinte questão norteadora: “O que o ser humano faz de sua liberdade?”, para explicar como Agostinho concebe conceitos como: vontade, escolha, virtude, pecado.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 29: Atividade avaliativa

Será realizada uma atividade individual, consistindo numa breve resposta dissertativa à questão: “O que Agostinho diz sobre o livre arbítrio e como o homem utiliza de sua liberdade? ” Esta atividade valerá 5 pontos.

- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 30: Aplicação da prova bimestral

A avaliação bimestral será uma prova de múltipla escolha e contará com duas questões abertas. O conteúdo avaliado será o que foi trabalhado no bimestre. A avaliação valerá 10 pontos.

Aula 31: Prova de recuperação.

A prova de recuperação consistirá em uma prova múltipla de escolhas, já que abarcam um conteúdo extenso. O conteúdo cobrado será sobre Agostinho e Tomás de Aquino. A prova de recuperação visa recuperar 15

pontos a média

DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS DO TERCEIRO BIMESTRE:

- Avaliação mensal realizada na aula 25: 8 pontos
- Dissertação realizada na aula 29: 5 pontos
- Avaliação Bimestral: 10 pontos
- Conceito: 2 pontos
- **Valor do bimestre: 25 pontos**

4º- BIMESTRE: Introdução ao pensamento de René Descartes

Aula 32: Descartes

Será proposta uma introdução a Descartes e à importância que, no pensamento cartesiano, assume a relação entre ciência e filosofia. A aula contará com uma breve apresentação do contexto histórico-cultural em que se insere o pensamento de Descartes, e em seguida, haverá uma apresentação da concepção cartesiana do método, com foco na primeira etapa, isto é, a dúvida.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 33: Descartes

Será apresentado o primeiro argumento da dúvida, a saber, a possibilidade de sempre estarmos enganados nos conhecimentos oriundos de nossos sentidos. O objetivo é gerar um debate, entre os alunos, sobre como nossos sentidos muitas vezes são falhos e enganosos.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 34: Descartes

Será apresentado o segundo argumento da dúvida, a saber, a possibilidade de não conseguirmos distinguir entre sono e vigília. Serão postadas, de início, algumas perguntas: “O que é sonho? Será que podemos

considerá-lo real ou uma mera imaginação? Como sabemos que agora estamos despertos e não dormindo?”. Dito isso, será feita uma breve apresentação sobre o argumento cartesiano do sonho, mostrando como o filósofo chega à distinção entre sonho e realidade. O objetivo é explorar a ideia de que o processo de duvidar pode ser estendido além da dúvida natural e imediata.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 35: Descartes

Esta aula contará com uma revisão geral de tudo que foi visto até então, para assim introduzir o argumento do gênio maligno. Logo depois, será realizado um debate sobre este ser enganoso e todo poderoso que, segundo a concepção de Descartes, pode e quer me fazer duvidar sobre qualquer coisa. O objetivo é explorar a ideia de que o processo de duvidar pode ser estendido em sentido metafísico.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 36: Descartes

Será apresentado o cogito, como princípio que se subtrai a qualquer tipo de dúvida, também à dúvida radical do gênio maligno. Então, será mostrado como Descartes justifica a impossibilidade de existir um Deus enganador. Em seguida, será feita uma roda de conversa para debater os temas trabalhados. O objetivo é mostrar que o cogito e Deus são, para Descartes, dois modos de entender o primeiro princípio, respectivamente, de um ponto de vista epistemológico e ontológico.

- Metodologia: Utilização de lousa, livro didático e perguntas de fixação para serem respondidas no próprio caderno.
- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Aula 37: Atividade

Será realizada uma atividade de grupo, para elaboração de um breve trabalho sobre a dúvida, a partir da filosofia de Descartes. Cada grupo terá que aprofundar-se no tema, e será pedido que os alunos tragam alguns exemplos.

- Referências: Gilberto Cotrim, Marina Fernandes. Fundamentos de Filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Também poderão ser usadas as anotações no caderno, assim como outras fontes.

Aulas 38 e 39: Apresentação

Cada grupo apresentará seu trabalho, e todos os trabalhos serão, por fim, debatidos.

Aula 40: Aplicação da prova bimestral

A avaliação será uma prova de múltipla escolha e duas questões abertas, sobre o conteúdo visto no bimestre. A avaliação valerá 12 pontos.

Aula 41: Aplicação da prova bimestral de recuperação

A prova de recuperação consistirá em uma prova múltipla de escolhas, já que abarcam um conteúdo extenso. O conteúdo cobrado será sobre Descartes. A prova de recuperação visa recuperar 15 pontos a média do bimestre.

Aula 41: Fechamento de notas

Esta aula será destinada ao fechamento das notas.

DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS DO TERCEIRO BIMESTRE:

- Avaliação mensal realizada na aula 36: 12 pontos
- Trabalho e apresentação realizados nas aula 37 e 38: 8 pontos
- Avaliação Bimestral: 10 pontos
- Conceito: 2 pontos
- **Valor do bimestre: 25 pontos**

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo. O livre arbítrio. (Tradução, organização, introdução e notas Nair de Assis Oliveira; revisão Honório Dalbosco) - São Paulo: Paulus, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. 2018.

ARISTÓTELES. Política. Tradução de António Campelo Amaral. São Paulo: Vega, 1998.

AQUINO, Tomás. Suma teológica V. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. *Fundamentos da Filosofia: Manual do Professor*. São Paulo: Saraiva, 2016.

PLATÃO. Banquete. Tradução de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Abril cultural, 1972.

ROSSELINI, Roberto. Sócrates (1971). 30 de abril de 2023.
<https://www.youtube.com/watch?v=30ssFnAvZjA>

<https://www.youtu.be/sCaxAvAFG0A>